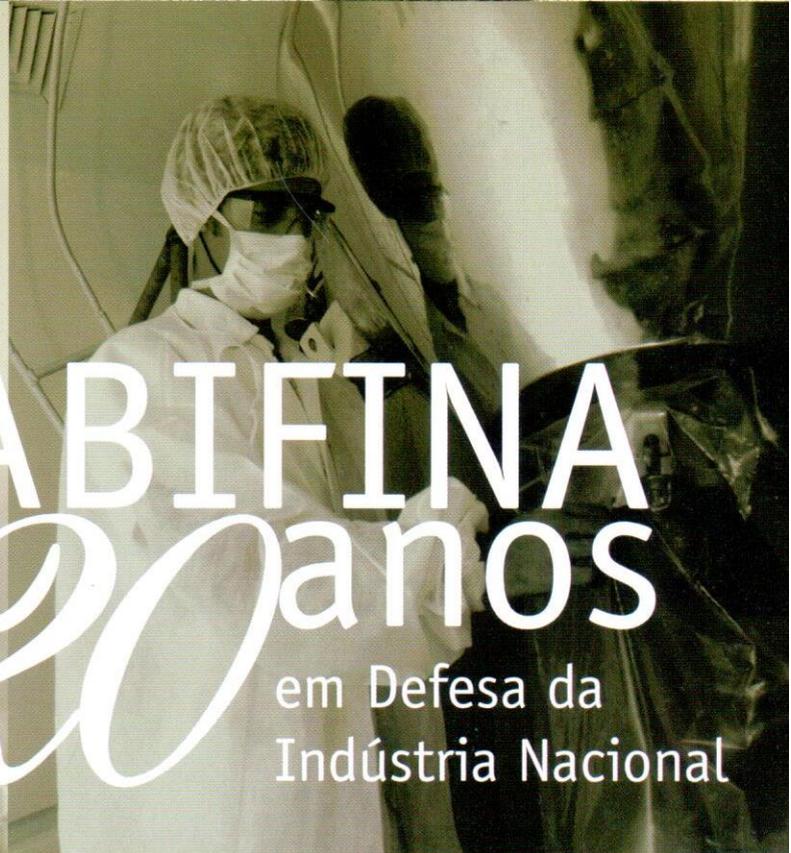


FACTO

ABIFINA

ANO I • JUN/JUL • 2006 • Nº 1

Publicação da Associação Brasileira
das Indústrias de Química Fina,
Biotecnologia e suas Especialidades



ABIFINA
20 anos
em Defesa da
Indústria Nacional



Centro de Informação para Inovação

O Cipi-qf é um centro especializado na busca, tratamento e divulgação de informações relevantes para o processo de inovação nas empresas, sejam elas de natureza tecnológica ou mercadológica. O Cipi-qf foi criado para auxiliar micro, pequenas e médias empresas atuantes no campo da química fina e da biotecnologia a se capacitarem para inovar, aproveitando as oportunidades criadas pela Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) do governo brasileiro.

Conheça nossos produtos e serviços:

- Alerta Patente
- Banco de Dados Especializado
- Estatísticas
- Busca Patente
- Busca Pedido
- Estudos de Patenteabilidade
- Treinamento Especializado

CIPi-qf

Uma iniciativa da
ABIFINA e da PROTEC
www.cipi-qf.org.br
(21) 3077.0800

FACTO ABIFINA

Corpo Dirigente

Conselho Administrativo

Presidente: Luiz Cesar Auvray Guedes
 1º Vice-Presidente: Nelson Brasil de Oliveira
 Vice-Presidente de Estudos e Planejamento:
 Marcos Henrique de Castro Oliveira
 Vice-Presidente: Kurt Politzer
 Vice-Presidente: Dante Alario Junior
 Vice-Presidente: Carlos Alberto Studart
 Vice-Presidente: Alberto Ramy Mansur
 Diretor de Comércio Exterior: José Alberto de Senna
 Diretora de Estudos da Biodiversidade: Poliana Silva
 Diretor de Assuntos Regulatórios de Fármacos:
 Nicolau Pires Lages
 Diretor de Assuntos Regulatórios de Agroquímicos:
 Humberto Amaral
 Conselheiro Geral: Ogari de Castro Pacheco
 Conselheiro Geral: Antônio Salustiano Machado
 Conselheiro Geral: Lelio Augusto Maçaira
 Conselheiro Geral: Fernando Cesar Barbosa

Conselheiros Beneméritos

Dante Alario Junior (Biolab Sanus Farmacêutica Ltda)
 Fernando de Castro Marques (União Química Farmacêutica
 Nacional S/A)
 Isaac Plachta (IQT Indústrias Químicas Taubaté S/A)
 Luiz Cesar Auvray Guedes (Milenia Agro Ciências S/A)
 Pedro Wongtschowski (Oxiten S/A Indústria e Comércio)
 Pietro Carlos Monaco (FCC Fábrica Carioca de
 Catalisadores S/A)
 Virgílio Cesar Vicino (Agricur Defensivos Agrícolas Ltda)

Conselho Consultivo

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
 Luiz Claudio Barone
 José de Freitas Mascarenhas
 Fernando de Castro Marques
 Alcebiades de Mendonça Athayde
 Jorge Alberto Vieira Studart
 Fernando Adolpho Ribeiro Sandroni
 Josimar Henrique da Silva
 Fernando Steele Cruz
 Manoel Zauberman

Expediente

Editoria: Claudia Craveiro • claudia@abifina.org.br
 Reportagens: Inês Accioly
 Projeto e Produção Editorial: Scriptorio Comunicação
 21 2532 6858 - www.scriptorio.com.br

Os artigos assinados e as entrevistas são de responsabilidade do autor e não expressam necessariamente a posição da ABIFINA. A entidade deseja estimular o debate sobre temas de relevante interesse nacional, e, nesse sentido, dispõe-se a publicar o contraditório a qualquer matéria apresentada em seu informativo.

ABIFINA - Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades
 Av. Churchill, 129 / Grupo 1102 • Centro
 CEP 20020-050 • Rio de Janeiro • RJ
 Novos números da Central Telefônica:
 Tel.: (21) 3125-1400 / Fax: (21) 3125-1413
 www.abifina.org.br

ABIFINA 20 anos,
 Petrobras 50 anos:
 duas histórias marcadas
 pela busca da auto-
 suficiência na produção
 local de insumos
 estratégicos para
 o Brasil.



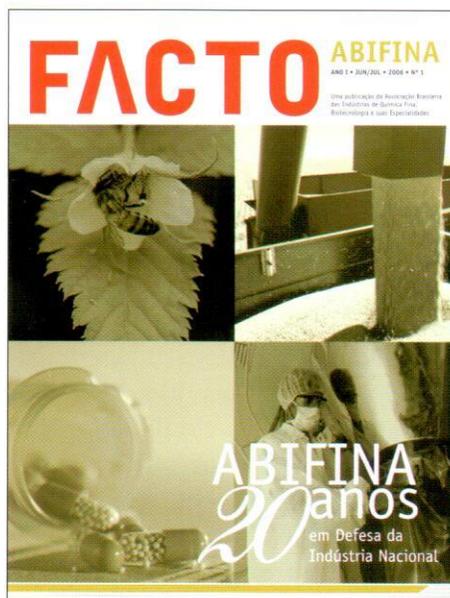
Bio-Manguinhos completa três décadas de serviços à saúde pública brasileira.



Especialistas e autoridades do Brasil e do exterior reuniram-se no Seminário "Patentes, Inovação e Desenvolvimento - SIPID" para debater as tendências da propriedade intelectual.

EDITORIAL	
ABIFINA 20 ANOS	
SIPID	
ENITEC	
ENTREVISTA	
ABIFINA EM AÇÃO	
ARTIGO	
BIO-MANGUINHOS	

04
06
10
16
20
22
24
26



Publicação da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades

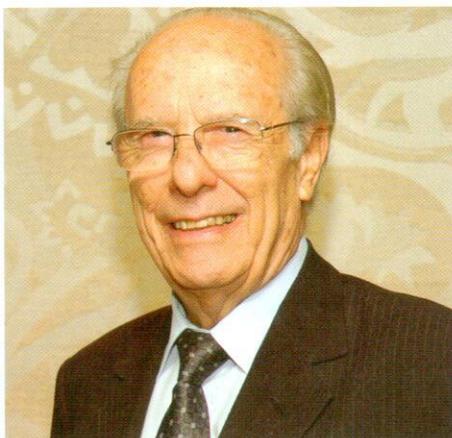
Uma Nação por Construir

Prezado Leitor,

Ao completar seu vigésimo ano de trabalho, a ABIFINA entendeu que era o momento de imprimir um pouco mais de ousadia à sua estratégia de comunicação. Queremos continuar informando aos nossos associados e entidades congêneres sobre as novidades e tendências da química fina, mas acreditamos ser fundamental abrir novos espaços de interlocução com a sociedade. Por isso, nosso tradicional boletim Informando ABIFINA, que no ano passado recebeu o nome de ABIFINA Informa, dá lugar, daqui por diante, à revista FACTO.

FACTO porque, sem abrir mão do direito de opinar, a ABIFINA manterá firme o compromisso de se apoiar nos fatos. FACTO porque, sem invocar uma pretensa neutralidade, esta publicação estará sempre pronta a acolher a pluralidade de pontos de vista que cerca os fatos políticos e econômicos, buscando entender os interesses em jogo e contribuir para a formulação de uma política industrial que dê força ao Brasil.

FACTO ABIFINA



Nelson Brasil de Oliveira
Vice-presidente da ABIFINA

O programa brasileiro anti-AIDS, notoriamente um dos melhores do mundo e que tem servido de modelo para diversos países, está seriamente ameaçado de desabastecimento devido à crescente escassez dos insumos farmoquímicos essenciais à fabricação dos coquetéis utilizados nesse tratamento. Isso porque os laboratórios internacionais enfrentam dificuldades para atender ao elevado crescimento da demanda - hoje há 40 milhões de infectados em todo o mundo - aumento esse resultante da ação de organismos internacionais sensibilizados por legítimas iniciativas de ONGs no mundo inteiro. Para piorar esse

Até hoje não foram definidos os novos rumos para a política de compras governamentais e os laboratórios oficiais continuam privilegiando a importação. Resultado: a indústria nacional, que chegou a fornecer 50% dos antiretrovirais demandados pelos programas públicos, hoje não atende mais que 2% desse mercado.

quadro no País, governos que se sucederam desde o início dos anos 90 têm perdido excelentes oportunidades para realizar parcerias com a indústria farmoquímica nacional na busca de alternativas concretas para o desenvolvimento tecnológico e industrial soberano nessa área. Devido a

Ao contrário da maioria dos países de Primeiro Mundo e dos emergentes bem-sucedidos, que usam o poder de compra do Estado para consolidar indústrias domésticas, o governo brasileiro praticamente liquidou o setor farmoquímico privado nacional - um segmento industrial que poderia, inclusive, estar exportando produtos anti-Aids. Faltou efetivo compromisso com o interesse público e com a sustentabilidade de uma política setorial.

tais fatos o racionamento desses produtos já vem ocorrendo, embora ainda de forma discreta.

A indústria brasileira não somente possui capacidade instalada para atender inteiramente às necessidades do programa governamental de DST-Aids, como já dispõe de tecnologia própria para fabricar a maioria dos princípios ativos para essa finalidade, como é o caso do AZT brasileiro, lançado em 1992 por empresa nacional e internacionalmente reconhecido como de alta qualidade. Uma vez resolvido o problema legal via licenciamento, os produtos mais modernos - ainda sob patente - em pouco tempo também poderão vir a ser fabricados pela indústria farmoquímica instalada no Brasil.

É fato notório que a maior parte dos princípios ativos anti-AIDS importados pelos laboratórios oficiais da Ásia - por força de uma rígida Lei do Pregão que privilegia preço - tem sido reprocessada pela indústria nacional, visto que não atende especificações mínimas de qualidade. Esse fato se traduz numa elevação de custo, certamente em valores superiores à diferença de preços verificada no processo licitatório, mas a burocracia estatal desconsidera esse fato nos seus cálculos.

O governo Lula definiu uma política industrial e tecnológica no âmbito da qual foram priorizados quatro setores industriais, entre eles o de fármacos. Após mais de dois anos de discussões, chegou-se ao consenso de que o instrumento mais adequado para a promoção da indústria de fármacos no País seria a utilização do poder de compra do Estado, já que tais aquisições representam 25% do mercado total desses produtos. Pois bem, apesar disso até hoje não foram definidos os novos rumos para a política de compras governamentais e os laboratórios oficiais continuam privilegiando a importação do produto. O resultado é que a indústria nacional, que no passado chegou a fornecer 50% dos antiretrovirais demandados pelos programas públicos, hoje não atende mais que 2% desse mercado.

A principal razão porque as empresas privadas nacionais não ocupam um espaço significativo no mercado nacional de fármacos anti-AIDS - o que hoje neutralizaria o risco de desabastecimento - é a atitude dos governos do Brasil nos últimos quinze anos que, unidos pelo sistema financeiro, passaram a utilizar o poder de compra do Estado meramente como um instrumento para a contenção nominal de preços, em vez de promover a inovação tecnológica e a autônoma fabricação local. Ao contrário da maioria dos países de Primeiro Mundo e dos emergentes bem-sucedidos, que usam o poder de compra do Estado para consolidar indústrias domésticas, o governo

brasileiro praticamente liquidou o setor farmoquímico privado nacional - um segmento industrial que poderia, inclusive, estar exportando produtos anti-Aids.

Faltou efetivo compromisso com o interesse público e com a sustentabilidade de uma política setorial que não afeta só a indústria, mas também - e principalmente - a saúde da população. O pior é que atitudes como essas parecem prevalecer em outras esferas do poder público. Assim assistimos a essa tragicomédia das CPIs no Parlamento Nacional, onde somente uns poucos congressistas realmente estudam os processos - a grande maioria apenas usa a oportunidade para se promover na mídia, a maioria das vezes com raívas acusações desprovidas de mérito, respaldadas pela inviolabilidade de um mandato que deveria merecer maior respeito.

A degeneração do espírito público é um fenômeno gritante. Quinze anos atrás, quando o senador Mario Covas presidiu uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a examinar as causas do atraso tecnológico do Brasil, as audiências públicas começavam nas manhãs de segunda-feira e se estendiam até o início das sessões plenárias na terça-feira, sempre acompanhadas por muitas dezenas de deputados e senadores, além de diversos representantes da sociedade civil. Hoje em dia, quando uma comissão de qualquer uma das Casas do Congresso Nacional resolve propiciar o debate sobre um relevante tema nacional, consegue reunir no máximo dois ou três parlamentares - assim mesmo por poucos minutos. A imensa maioria dos congressistas chega a Brasília nas terças-feiras, à tarde, assina o ponto e acompanha a sessão plenária pelo vídeo ou celular, regressando aos seus estados nas quintas-feiras, pela manhã. O voto decorre, muitas vezes, por indicação de liderança, já que não há estudo de matérias e efetiva dedicação ao mandato.

O Orçamento Nacional, matéria que deveria ser considerada de interesse do

Para piorar o quadro no País, governos que se sucederam desde o início dos anos 90 têm perdido excelentes oportunidades para realizar parcerias com a indústria farmoquímica nacional na busca de alternativas concretas para o desenvolvimento tecnológico e industrial soberano nessa área. Devido a tais fatos o racionamento desses produtos já vem ocorrendo, embora ainda de forma discreta.

Estado, virou objeto de negociação entre partidos políticos e moeda eleitoral. O de 2006, para ser aprovado, necessitou ser negociado pelos partidos políticos em troca de promessas para a campanha eleitoral, como a construção por empresa estatal de um gasoduto com viabilidade econômica questionável, ou o financiamento pelo banco estatal de uma ponte para um estado que já atingira seu limite de endividamento permitido pela lei de responsabilidade fiscal - num claro acinte à lei que deveria ser respeitada.

Infelizmente, com a inação do Legislativo para simplificar procedimentos, o Poder Judiciário também se acomoda, permitindo o acúmulo de processos e a lentidão na prática de justiça, disso resultando uma preocupante sensação de impunidade, agravada pela ineficácia dos demais poderes.

Diante da inércia e da falta de espírito público de administradores; diante da absoluta supremacia dos interesses pessoais e corporativos encontrados nos partidos políticos - que deveriam visar o bem público, parece-nos que a crise política e administrativa no Brasil tem raízes bem mais profundas do que se poderia imaginar. Temos que construir um verdadeiro projeto de Nação, com plena adesão da sociedade, sob pena de sermos levados a nos lamentar como fez Benito Mussolini sobre sua pátria, nos anos 30 do século passado, quando disse: "Governar a Itália não é difícil. É simplesmente inútil."

A indústria brasileira não somente possui capacidade instalada para atender inteiramente às necessidades do programa governamental de DST-Aids, como já dispõe de tecnologia própria para fabricar a maioria dos princípios ativos para essa finalidade, como é o caso do AZT brasileiro.

Uma História em Verde e Amarelo

ABIFINA 20 Anos, Petrobras 50 Anos

No dia 21 de abril deste ano, em solenidades na Bacia de Campos e no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro, o presidente da República anunciou a tão esperada auto-suficiência do Brasil na produção de petróleo. A Petrobras finalmente concretiza um de seus objetivos mais fundamentais desde a sua criação. Ao mesmo tempo, a ABIFINA está completando 20 anos de uma trajetória marcante no cenário da indústria de química fina nacional, no qual a Petrobras foi parceira em seus primórdios.

Desde a segunda metade do século 19 o petróleo vem se configurando como a mais importante fonte energética em todo o mundo. Na década de 1930, as expectativas quanto à sua existência em território brasileiro eram pessimistas, e a indústria petrolífera já tinha 80 anos quando a jazida de Lobato foi descoberta na Bahia. Enquanto o Conselho Nacional de Petróleo

atividade que se confunde com a própria soberania nacional". A partir daí iniciou-se a campanha "O petróleo é nosso", que se destacou como o maior movimento popular da história do Brasil. Partidos com tendências ideológicas antagônicas se uniram aos milhares de CEDPENs (Centros de Estudo e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional) instalados em escolas, sindic-

A estratégia para reverter esse quadro começou com a construção de grandes refinarias, aliada à formação de recursos humanos próprios. Com isso, a Petrobras conseguiu não só garantir o abastecimento de derivados a custos mais baixos, como gerar recursos financeiros para investir na exploração de petróleo. Além da implantação do parque de refino, a companhia também criou uma infra-estrutura de abastecimento, com a melhoria da rede de transporte, a instalação de terminais em pontos estratégicos do País e, a partir daí, uma rede de oleodutos e gasodutos.

Apesar desses avanços, o País carecia urgentemente desenvolver tecnologias de processos e de produtos, que era comprada em pacotes de engenharia fechados, e da mão-de-obra especializada, além dos geólogos e engenheiros egressos do CNP. As universidades brasileiras não formavam técnicos para a indústria nascente e a Petrobras foi obrigada a criar seus próprios cursos de especialização. Formou grande quantidade de profissionais - técnicos e administradores - e a partir de então nunca mais parou de investir no aperfeiçoamento de seus recursos humanos. Para a inovação e o desenvolvimento tecnológico em exploração, produção e industrialização de petróleo a Petrobras construiu o



Evolução da
marca ABIFINA

(CNP) começava a trabalhar na busca de novos poços, grupos nacionais e internacionais descompromissados com os superiores interesses da Nação, defendiam a alienação do controle da indústria potencialmente emergente, alegando uma suposta incapacidade do Brasil de mobilizar os recursos humanos e financeiros necessários à estruturação do negócio.

Em 1947, o general Horta Barbosa realizou uma histórica conferência onde lançou a tese do monopólio estatal do petróleo, na qual afirmou que "não é admissível conferir a terceiros o exercício de

tos, clubes, associações e, com o apoio crescente da população, a Petrobras foi criada em 1953, após cerca de dois anos de debates no Congresso Nacional.

A princípio a empresa produzia apenas 2.700 barris de petróleo por dia e refinava cerca de 10 mil - quantidade irrisória diante do consumo diário do País, que excedia os 100 mil barris. A importação de derivados, assim como de todo o equipamento e os serviços técnicos necessários ao funcionamento da indústria, custava ao País milhões de dólares e gerava forte desequilíbrio no balanço de pagamentos.

Cenpes, hoje o maior centro de pesquisa da América Latina.

O modesto retorno das bacias sedimentares terrestres indicava, entretanto, a necessidade de uma busca no mar, que teve sucesso com a primeira descoberta de petróleo no campo de Guaricema, ao largo de Sergipe. Mas o marco decisivo veio em 1974, com o campo de Garoupa, no litoral do estado do Rio de Janeiro. A partir daí, o Cenpes rapidamente ofereceu ao País res-

lio estatal do petróleo, surgia a ABIFINA, no contexto de uma política tecnológica e industrial definida modestamente por portaria interministerial. A lei de vigilância sanitária da época, que obrigava o registro e a fiscalização de fármacos, serviu como justificativa para o Ministério de Indústria

pelo CDI, o MIC assegurando um mercado cativo por três anos, a Finep apoiando a inovação tecnológica das empresas através da Codetec e a então recém-criada Ceme conduzia as compras governamentais no segmento de fármacos e medicamentos, privilegiando o produto nacio-

Primeiras publicações informativas da entidade

ABIFINA INFORMANDO

ABIFINA EDITADO PELA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Prezado Associado,

Voltemos, novamente, com o Informando, de interesse e notícias, relacionadas à ABIFINA e empresas associadas. Faremos contato periódico e estaremos contando com a colaboração de todos, no envio de opiniões, sugestões e críticas, além de informações sobre cada empresa, fundamentais para a realização de nosso trabalho. Vamos contribuir juntos para que a ABIFINA consiga a posição ocupada frente ao setor de química fina e na sociedade como um todo.

EVENTOS

O presidente da ABIFINA, Roberto Teixeira, está em Santa Fé - Argentina, participando do Simpósio de Química Fina e, também do Encontro Brasil/Argentina de Especialistas em Química Fina que acontece no mesmo período (20 a 23 de setembro).

A Diretoria da ABIFINA participa, na sede/Rio de Janeiro, da reunião da Confederação Nacional de Indústria, do processo de integração Brasil/Argentina (21 de setembro).

Será realizado em Porto Alegre, o Seminário Avanços Tecnológicos no Setor Saúde para o Ano 2000 para imunobiológicos, medicamentos e insumos. Período: 03 a 07 de outubro de 2000. Instituto de Pesquisas Biológicas da Secretaria de Saúde e Meio Ambiente do Rio Grande do Sul.

O PROJ
Negoc:
Bilat:
1. f
depo:
Conf:
Indú:
Frac:
anti:
ped:
rel:
set:
net:
ani:
2. f
Er:
d:
H:
E:
I:



EDITORIAL

O Informe nº 11 das Nações Unidas, editado em Santiago, Chile, ano 1991, publicou interessante artigo de F. Fajnyebn, intitulado "Industrialización Y Desarrollo Tecnológico".

Nesse trabalho é enfatizado que o crescimento econômico das empresas é um fator determinante do avanço tecnológico, na medida em que se expressa em novas gerações de processos e equipamentos, ou seja, se integre o progresso técnico à atividade produtiva. Em decorrência, a inexistência de um parque produtivo em processo de expansão impede a incorporação de novas tecnologias.

Mais do que isso, a própria sobrevivência dos agentes econômicos no setor produtivo, capazes de absorver o progresso técnico, deve constituir a preocupação básica do Estado ao formular suas políticas voltadas para o desenvolvimento tecnológico.

Nestas condições, não faz sentido a singular formulação de uma política tecnológica divorciada de uma mais ampla, efetiva, clara e dinâmica política industrial, que também defenda o parque produtivo instalado no país, em vez de somente buscar seu aprimoramen-

to através de ampla exposição a uma competição internacional, a qual é extremamente predatória em períodos de excedentes de oferta, como ocorre nos dias atuais.

O "Trade Act" dos EUA estabelece que o governo norte-americano adota providências para impedir prejuízos à indústria local que opera eficientemente contra a ação de produtos importados. Assim, os maiores defensores do liberalismo econômico (na casa alheia), defendem o mercado interno, o nível de emprego e a atividade econômica local como prioridades nacionais.

O aprofundamento da abertura econômica, em pleno período recessivo, sob elevadas taxas inflacionárias, com a economia sofrendo o forte impacto de juros astronômicos e sem se dispor de um mecanismo administrativo ágil que defenda o produtor nacional já resultou na paralisação dos novos investimentos industriais e no fechamento de diversas unidades que produziam no País, gerava empregos e recolhiam tributos.

Os f
ram a
retori
tária
Dra.
gum
pres
quin
dele
to é
quit
cor
do
re:
tri
a
i
i



Cena Rápida em Três Atos

1º Ato
Abriu-se a economia. Valorizou-se o Real. Estabilizaram-se os preços dos produtos que empresas com importações. A inflação diminuiu drasticamente. A estabilidade da moeda tornou um alívio para a população em geral. Aplausos tímidos. O inchaço financeiro continua em ação. Os preços dos produtos e serviços não suscetíveis de pressão via importações aumentam vigorosamente e pressionam os custos de produção. As empresas cujos preços são de alguma forma ligados ao dólar perdem rentabilidade. Reestruturam-se e demitem para sobreviver. Conseguem-se aumentos extraordinários de produtividade. Aplausos tímidos. Todos sabem que a grande medida foi no denominador da fração: diminuição do número de empregos. Os autores da peça não se perturbam: estava previsto. Foi a mesma coisa em outros países que passaram por processo de estabilização, embora tais países sejam cada vez menor citáveis.

2º Ato
Os saldos da balança comercial desaparecem e os déficits surgem em todo o seu esplendor. Estava ou não previsto? Ora dizem que sim, outros que não. Não importa. O que era teoricamente bom volta a ser ruim: o País não pode ter déficits comerciais estruturais "não financeiros por investimentos estrangeiros produtivos". Alguns ficam atônitos por alguns anos ligados à produção volta a usar o vocabulário nacional. Aplausos tímidos. Todos sabem que sem mercado não

há investimento, porque haveriam os estrangeiros de dar prioridade a novos investimentos no Brasil? Estavam em cena - Os jurros! Ah! Os jurros! Continuum no seu vigor resplandecente. Arma poderosíssima que mantém subjugo o dragão da inflação. Nem aplausos, nem vaia. Todos querem a estabilidade da moeda mas começam a desconfiar. Estaremos vivos quando esta arma não poderosa puder ser dispensada? Alguns felicitemente, acreditam que sim. Crase a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) para incentivar o investimento. Taxa mista composta de juros controlados (externos) e selvagens (internos). Aplausos mínimos, quase sussurrados. Todos sabem que com essa taxa não dá. Sobra dinheiro no BNDES, por falta de tomadores.

Aparece a crise dos bancos e o povo fica inquieto. Alguma coisa não vai bem, só que ninguém consegue saber o quê. Tranquilizantes estava previsto. O setor financeiro representa 15% do PIB, mais que representar 8%. Tem mais um item que não encher mesmo! Usa os primeiros mundos, os iguais ao primeiro mundo, o setor financeiro fica abaixo de 10% do PIB. Sobre este ponto não há manufas que faram com o dinheiro preso no banco sem intervenção. A esperança é a última que morre. Afinal as reservas cambiais chegaram a quase US\$ 50 bilhões, emborã a qualidade destas reservas tenha piorado extraordinariamente. Ninguém entende muito bem. Aplausos e vaia potenciais dependuram-se nas expectativas.

3º Ato
O setor produtivo é castigado pela retração do mercado, além dos juros escorchantes. Os bancos, que é proporcionar créditos a produção, continuam a emprestar para o governo, cuja dívida não para de crescer. Um diretor do Banco Central acha que é isso mesmo. O Reagan não fez a mesma coisa quando precisou? Levou a taxa de juros para o estratosfera, atraiu capitais do mundo inteiro para financiar seu déficit, arrebatou com a economia dos países credores, promoveu uma concentração de riqueza sem precedentes, e melhorou a vida de muita gente, como se pode perceber até hoje! O Brasil fará o mesmo se precisar, durante o tempo que for necessário. Deverá mesmo superar em sucesso o programa econômico de um ator de Hollywood.

A firmeza do diretor do Banco Central contrapõe-se ao resto do governo, com destaque para o Poder Legislativo, que insiste em debater alguns pontos das reformulas propostas. Decida-se, senhores! Enquanto V. Sas não roscado do Banco Central ao governo, imperará o arroxo sobre o setor produtivo, o desemprego sobre o povo e o desânimo sobre as almas mais sensíveis. Alguns pensam até em aplaudir, mas olham desconfortados para os lados com receio de detonar uma vaia estrepitosa. Ficam realmente em dúvida se cada sessão tem o governo que merece.

Pano rápido!

postas técnicas e econômicas de imediata aplicação na exploração da Bacia de Campos em águas profundas, que se revelou a mais importante província petrolífera do país, dando a Petrobras decisivo passo rumo à auto-suficiência e a uma liderança tecnológica mundial nessa área.

Em 1986, enquanto a Comissão de Estudos Constitucionais consagrava o monopó-

e Comércio (MIC) criar uma portaria que deu competência ao Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) para avaliar e apoiar projetos de implantação de um parque industrial de química fina.

A ABIFINA nasceu para defender esse novo setor produtivo e pleitear instrumentos para o seu crescimento. Nessa época, se estabeleceu para o setor uma política industrial não explícita mas efetiva, com o BNDES financiando os projetos aprovados

nal. Paralelamente, a ABIFINA atuava em fóruns internacionais como a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), onde lutava por tarifas aduaneiras de proteção e contra medidas que enfraquecessem a produção da química fina nacional no mercado interno.

Os anos 90 foram marcados pela onda neoliberal globalizante, que chegou ao Brasil através do governo Collor e devastou amplos segmentos da indústria nacional, entre eles o de química fina, jogando por terra grande parte do esforço e dos recursos materiais e humanos investidos na década anterior. O furor privatizante do governo nos anos 90 atingiu a Vale do Rio Doce e chegou a ameaçar a Petrobras.



Plataforma P-50 da Petrobras

A desestatização a qualquer preço, que se chocava com os ideais de nacionalismo e autonomia cultivados na Petrobras desde a sua criação, acabou sendo evitada, e a abertura da Petrobras para o mercado de capitais - concebida no governo Fernando Henrique como um primeiro passo para a privatização - acabou gerando um saldo positivo: o fato de a Bolsa de Nova York fiscalizar a empresa, além de obrigar o governo brasileiro a respeitá-la - não usá-la para fins eleitorais -, estimulou ainda mais a profissionalização da sua gestão e ampliou sua credibilidade perante o mercado internacional.

No início da década de 90 a ABIFINA começava a se preparar, de forma pioneira no país, para o enfrentamento de uma questão crucial para a economia: a pro-

priedade intelectual - que viria a se constituir na forma de dominação selecionada pelo primeiro mundo para o novo milênio. Diante dessa ameaça a ABIFINA se envolveu na elaboração do primeiro projeto de lei para a reforma do sistema patentário brasileiro, que previa entre outras coisas a não-patenteabilidade de microorganismos e a não-proteção automática para patentes estrangeiras. Naquela época, produto químico e processo ou produto farmacêutico não eram patenteáveis no Brasil, como em muitos outros países emergentes. A proposta apresentada pela ABIFINA serviu de base para o projeto de lei aprovado pela Câmara de Deputados, por consenso de todos os partidos, no ano de 1994. No entanto, após árdua batalha que culminou com a interferência do governo

do presidente Fernando Henrique, através de ministros emissários, foram vencidas as resistências no Senado, e o projeto de lei aprovado na Câmara foi alterado, sob a alegação de que o País sofreria retaliações na área siderúrgica e de sucos de laranja se não efetuasse as concessões demandadas pelos Estados Unidos. Assim foi aprovada em 1996 uma versão da Lei de Propriedade Industrial brasileira, diversa da proposta original da ABIFINA, mas aceita pelo setor produtivo nacional condicionado ao compromisso dela constituir o limite máximo nas concessões brasileiras nessa área.

Assim ocorreu o alinhamento da questão das patentes em todo o mundo a partir da aprovação dos acordos constitutivos do GATT em 1994, em especial TRIPs, segundo os interesses predominantes dos países desenvolvidos. Não satisfeitos com o desfecho do acordo TRIPs a partir de 1995 os países mais avançados, em especial Estados Unidos, voltaram a carga propondo medidas tipo TRIPs-Plus, que constituíam numa enorme ampliação dos direitos conferidos pelo monopólio das patentes. Diante dessa ameaça a ABIFINA passou a atuar na defesa dos interesses nacionais na área de propriedade intelectual dentro da Confederação Nacional da Indústria, participando ativamente da Coalizão Empresarial Brasileira, criada pela confederação, para atuar em fóruns internacionais como interlocutor do setor produtivo interno.

Nesse cenário, em negociações internacionais em que a Coalizão Empresarial Brasileira atuou como representante do setor privado - em especial na construção da Alca -, a ABIFINA participou como porta-voz da Confederação Nacional da Indústria nas discussões envolvendo o tema propriedade intelectual, defendendo os interesses do setor produtivo interno que estavam expressos pela convergência da nova lei de propriedade industrial.

Posteriormente, vem sendo admitido pelo governo federal e pelos interlocutores nessa área que se encontram no Congresso Nacional que o Brasil foi "mais realista do que o rei" - isto é, que havíamos concedido além de TRIPs. A posição firmada no âmbito governamental, apoiada pela ABIFINA, é que o Brasil não deve conceder mais nada nessa área, expressa na seguinte manifestação do ministro Cel-

so Amorim nas discussões sobre a Alca: “não trocamos propriedade intelectual por mercadoria”.

A Petrobras sempre teve um projeto de desenvolvimento industrial associado à fabricação local e à inovação tecnológica. Fabricação local porque, desde o começo, sempre deu preferência ao produto nacional de qualidade, desenvolvendo assim um grande parque de fornecedores, viés que nenhuma outra grande empresa de petróleo do mundo cultivou. Os avanços tecnológicos, aliados à capacitação da força de trabalho e à preservação do meio ambiente, garantiram-lhe uma posição entre as dez maiores empresas internacionais de petróleo.

À parte a relevância da conquista da auto-suficiência, é preciso reconhecer o fato de que o petróleo constitui um recurso não-renovável e que, portanto, um dia se extinguirá; e também que a com-

bustão dos seus derivados produz impacto ambiental de considerável magnitude. Por isso, e acompanhando a preocupação mundial com o futuro do planeta, a Petrobras vem deixando de ser apenas um símbolo da indústria do petróleo para despontar como uma potência energética e industrial, voltada para o desenvolvimento sustentável. Assim, a empresa segue desenvolvendo tecnologias, descobrindo novas reservas, construindo plataformas e refinarias e, ao mesmo tempo, investindo fortemente na pesquisa de fontes renováveis de energia, como o biodiesel, bem como buscando oportunidades de negócios no ramo dos derivados químicos do petróleo, como hoje projeta sua Refinaria Petroquímica - que, certamente, ofertará as matérias-primas indispensáveis para a química fina evoluir no Brasil. É necessário garantir que a auto-suficiência não seja um fim em si mesma, mas sim o início

de uma história duradoura de responsabilidade com o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

A ABIFINA, com 20 anos de história, reúne empresas brasileiras - qualquer que seja a composição societária, comprometidas com os mesmos ideais que resultaram na criação da Petrobras: a busca do desenvolvimento nacional com responsabilidade e convergência aos superiores interesses do País, expressos pelo binômio “fabricação local” e “inovação tecnológica”. O posicionamento da ABIFINA, assim como o da Petrobras em sua longa trajetória, reflete uma luta renitente pela valorização dos nossos recursos humanos, naturais e materiais, e do seu mercado interno, sem os quais não se constrói uma verdadeira nação. Este é o melhor caminho para a conquista e a preservação da identidade soberana da nação brasileira.

Informando
 Informativo da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades
 Maio de 2005

Destaque da participação da ABIFINA no IV ENITEC
 20 E 21
 JUNHO DE 2005

Panel: Poder de Compra do Estado
 Páginas 3, 4, 5 e 6

ABIFINA participou ainda com estande onde recebeu empresários, representantes do governo e visitantes em geral, onde foi apresentado o trabalho da entidade e de seus associados.

Assinatura do Convênio de Cooperação com o INPI Página 10

Recomendações do IV ENITEC Página 7

ABIFINA
 Informativo da Associação Brasileira de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades
 ANO XVI - OUTUBRO/2005 - Nº 1

ARTIGO EM DEBATE
 Marcos Oliveira comenta a atual política econômica

ENTREVISTA
 Eliane Bahruth avalia o fomento à inovação tecnológica

ABIF
 Um retrato da ABIFINA na Direção
 página

Nelson Brasil analisa política e seus reflexos produtivos

FACTO ABIFINA
 ANO I • JUN/JUL • 2006 • Nº 1
 Publicação da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades

ABIFINA 20 anos
 em Defesa da Indústria Nacional

DESTAQUE
 Inauguração da nova sede da ABIFINA marca um novo tempo para a entidade

De *Informando* ABIFINA para *ABIFINA Informa*, o informativo se modernizou e, hoje, lançamos a revista **Facto ABIFINA**.

O Sistema Internacional de Patentes em Questão

“Crescimento e desenvolvimento são coisas diferentes: enquanto o primeiro é um processo meramente de adição, o segundo é de transformação, gradual e que implica inovação”. Com essas palavras o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães sintetizou a visão do Itamaraty sobre as questões que estimularam a ABIFINA a organizar o Seminário Internacional “Patentes, Inovação e Desenvolvimento” - SIPID, com a presença de autoridades e especialistas brasileiros e estrangeiros. Apresentamos a seguir os principais aspectos, tendências, conflitos de opinião e desdobramentos do tema da propriedade intelectual abordados no seminário.



Da esquerda para a direita: Newton Silveira, Cristina Possas, André Fontes, Pedro Roffe, Denis Barbosa, Jerome Reichman e Cícero Gontijo

Entre o discurso e a prática

O professor Denis Barbosa, do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Propriedade Intelectual da UERJ, traçou a trajetória que o sistema de proteção à propriedade intelectual vem percorrendo nos últimos duzentos anos e o posicionamento do Brasil no seu contexto, de Paris a Marraqueche, e constatou que esta é uma história de “sístoles e diástoles entre o desenvolvimentismo e o globalismo, princípios que vêm se conflitando mas também fertilizando-se reciprocamente ao longo do tempo”. A propriedade intelectual concebida como instrumento de desenvolvimento foi um fator decisivo, na sua opinião para corrigir os “exageros e destemperos do internacionalismo”.

O Brasil originalmente procurou seguir

o exemplo da Inglaterra, estabelecendo um sistema de patentes voltado para incentivar a industrialização. Um Alvará de D. João VI aplicável somente ao Estado do Brasil, que restringia a outorga da patente apenas a brasileiros ficando os estrangeiros restritos à percepção de um subsídio, foi a quarta lei de patentes do mundo. Por falta de recursos os subsídios não eram pagos, e o governo passou a outorgar patentes também a estrangeiros. Ao final do século 19, 66% das patentes já eram de não-brasileiros.

Na década de 30 do século 20 houve um novo refluxo do globalismo, marcado principalmente pela denúncia do Acordo de Madri (1934). Essa tendência se acentuou na década de 50 - e de forma mais coletiva, ressalta o professor, pois

foi quando se delineou a perspectiva dos países “em desenvolvimento”, baseada num questionamento substantivo da experiência do internacionalismo. A partir daí as oscilações se tornaram mais frequentes. Os anos 70 trouxeram de volta novamente a onda globalista e seu “princípio da igualdade substancial”, que ignorava as assimetrias estruturais entre os países. Mas até a década de 80 o Brasil manteve a visão da patente como instrumento de desenvolvimento e assumiu algumas posições audaciosas - licença compulsória contra a Monsanto (83), reserva de mercado para setores estratégicos como a informática e a química fina, e questionamento no GATT da legalidade de sanções unilaterais (88) - visão que foi neutralizada por completo no governo Collor.

Nos últimos dez anos a posição brasileira tem sido ainda “mercurial”, reiterou Denis Barbosa. Tivemos, por um lado, a aprovação do pipeline mesmo após a cassação de Collor, além de uma série de consequências nefastas da aplicação prematura e exagerada de TRIPS. Por outro lado, atitudes aguerridas como a licença compulsória no programa de DST-AIDS sob a gestão de Serra, a participação decisiva do Brasil na Agenda do Desenvolvimento de 2004, e, no âmbito do Judiciário, a recente tendência da 2ª Turma do TFR de “ponderação do internacionalismo em sentenças que revelam reflexão e equilíbrio”. A pressão do Primeiro Mundo cresceu, consubstanciada nos FTAs e TRIPS-Plus, mas também cresceu a reação dos países emergentes. Repetindo uma frase do jornal Pasquim, Barbosa finalizou assim a sua exposição: “subdesenvolvimento não é um fato da história, é um estado de espírito”.

O jurista Jerome Reichman, professor da Faculdade de Direito da Duke University (EUA), elaborou uma instigante comparação da lei e da prática norte-americanas de licenciamento compulsório mostrando que os Estados Unidos recorrem, com frequência, a esse instrumento cuja aplicação tentam vedar aos países menos desenvolvidos.

“Entre 1940 e 1970, as cortes norte-americanas fizeram uso freqüente de licenças compulsórias para reparar violações das leis antitruste, e especialmente para quebrar cartéis de patentes” - observou Reichman. “Essa situação foi substituída a partir dos anos 80 por um regime de proteção de patente relativamente forte e um *enforcement* da lei de competição relativamente fraco. Sob a lei vigente, por exemplo, não se pode desafiar uma patente por causa de preços excessivos como forma de abuso, a menos que haja outras evidências

de tentativa de monopolizar o mercado.”

O jurista constatou que os EUA recorreram fortemente no passado, e ainda recorrem, a instrumentos contra os desvios do direito de propriedade intelectual, usando por exemplo, a lei antitruste, que pune a ausência de competição e o estabelecimento de compensações por abuso do direito de patente em casos de contratos “leoninos”, desde que provado o abuso e os efeitos anticompetitivos.

“Entre 1940 e 1970, as cortes norte-americanas fizeram uso freqüente de licenças compulsórias.”

Jerome Reichman

A legislação americana não prevê o uso de licença compulsória por interesse público mas permite o licenciamento compulsório para “uso governamental”: a tônica, na legislação e nas políticas norte-americanas de patentes, é o equilíbrio entre interesses privados e nas relações entre fornecedores e consumidores. Mas Reichman sugere que os países em desenvolvimento não devem se intimidar com isso, dado que “os imperativos do interesse público permanecem consistentes tanto com a Convenção de Paris quanto com TRIPS. Porque os países em desenvolvimento precisam estar especialmente empenhados em contrabalançar os direitos de propriedade intelectual com a necessidade de suprir bens públicos como saúde e educação, eles devem conservar o poder de impor licenças compulsórias no interesse público, independentemente de quaisquer poderes para regular a competição ou invocar o uso governamental”.

Jerome Reichman recomendou aos países menos desenvolvidos o cuidado de que

a decisão do licenciamento compulsório para o exercício da prerrogativa do “uso governamental” seja restrito a atividades que estejam normalmente sob a responsabilidade do setor público em qualquer país, e somente após se verificar que o setor privado operando sob condições de livre mercado não poderia atender às necessidades em questão sem o recurso ao licenciamento não-voluntário. “Em outras palavras, o ‘uso governamental’ não deve ser empregado para disfarçar regulação desnecessária de, ou interferência com, operações normais do referido segmento de mercado.”

A ousadia de acionar o instrumento deve andar junto com a cautela e a ponderação, aconselha Reichman. “Se é verdade que o instituto do uso governamental pode efetivamente disciplinar patentes cujas tecnologias são necessárias para esforços públicos vitais de todos os tipos, continua sendo igualmente verdade que o exercício desses poderes pressupõe um longo caminho para desenvolver e implementar um bem concebido sistema nacional de inovação. Estimular a inovação local e fomentar políticas econômicas para suportá-la são, ou deveriam ser, metas prioritárias de todos os países em desenvolvimento. A adoção de firmes políticas de inovação e um arcabouço legal consistente com a lei internacional de propriedade intelectual para implementá-las é que irão, em última instância, determinar o potencial de crescimento de longo prazo de um país em desenvolvimento. O uso do licenciamento não voluntário de invenções patenteadas para qualquer propósito legítimo pode se sustentar somente na medida em que esteja a serviço de metas políticas mais elevadas.”

Pedro Roffe, da área de propriedade intelectual da UNCTAD, apresentou uma



Denis Barbosa



Jerome Reichman



Pedro Roffe



Newton Silveira



Cícero Gontijo



Cristina Possas

palestra mais descritiva e menos prescritiva que a de Reichman. Abordando a “Nova arquitetura internacional de propriedade intelectual: de TRIPS aos FTAs”, historiou rapidamente a trajetória de 120 anos de internacionalização de patentes, reconhecendo que o sistema “não está livre de tensões”. Descreveu as mudanças introduzidas por TRIPS e focalizou especificamente o setor de fármacos e medicamentos, que passou a conviver com exigências mais fortes de patenteabilidade, extensão temporal de direitos etc.

“Como está em TRIPS e foi aprovada na lei brasileira, a licença compulsória não se utiliza, é ineficaz.”

Cícero Gontijo

Entre os desdobramentos de TRIPS, Roffe destacou o processo TRIPS Plus e as negociações correlatas em níveis regional e bilateral, marcadas pelo empenho da União Européia e dos EUA de elevar internacionalmente o nível de proteção patentária aos critérios vigentes em suas respectivas legislações. Entre os Free Trade Agreements (FTA) em vigor, destacou os da Austrália, Chile, Israel, Jordânia, Cingapura e Marrocos. Chamou atenção para o aspecto básico desses acordos: “padrões mais rígidos para proteção de propriedade intelectual são negociados no contexto mais amplo de concessões na agricultura, acesso a mercados, investimento direto, serviços e compras governamentais”. No âmbito desses acordos, o uso de instrumentos de políticas públicas como a licença compulsória é bem mais restrito que em TRIPS. Roffe enfatizou a existência de

inúmeros pontos controversos no acordo de TRIPS e assinalou que a política de tentar impor acordos bilaterais com cláusulas TRIPS-Plus é uma tentativa dos países desenvolvidos de impor soluções a tais pontos controversos. Terminou sua exposição questionando se não seria este o momento de rever TRIPS.

Licença compulsória: um ponto crítico

Newton Silveira, diretor do Instituto Brasileiro de Propriedade Intelectual, concentrou-se na questão da licença compulsória e no nível de proteção patentária. Lembrou que existe um projeto de lei em andamento no Congresso Nacional - o PL nº 139 - que altera as condições de uso do instrumento, ao retirar a exigência da obrigação de fabricação local. Ele considerou mais interessante para o País a solução encontrada à época da votação da Lei de Propriedade Industrial pelo senador Fernando Bezerra, “que foi a seguinte: se o titular da patente importa porque não há viabilidade econômica, qualquer terceiro pode importar também, desde que adquira no exterior de alguém legitimamente autorizado. Esta solução foi equilibrada porque estimula a fabricação nacional pelo detentor da patente estrangeira, mas lhe deixa a saída de alegar inviabilidade econômica”. Quanto à questão do grau de proteção para propriedade intelectual, Silveira defende que ele seja alto: “Nós não deveríamos abusar do sistema de patentes no que diz respeito a nossa biodiversidade? Talvez fosse melhor pedirmos patente para tudo, mesmo que viesse a ser indeferido, do que deixar que nosso patrimônio seja objeto de pedido de patente de terceiros.”

Cícero Gontijo, professor da FGV na área

de Acordos Internacionais de Comércio, defendeu outra posição: para ele o Brasil deve empenhar-se na busca de alternativas para tornar a licença compulsória um instrumento efetivo: “Como está em TRIPS e foi aprovada na lei brasileira, a licença compulsória não se utiliza, ela não existe, é ineficaz.” Gontijo defende ainda que o Brasil tenha o direito de exigir a fabricação local para garantir a proteção patentária. Caso contrário, “seremos obrigados a admitir que um chinês morando em Cingapura faça um produto e domine o mercado brasileiro por vinte anos sem conhecer a praia de Copacabana, sem usar meios e matéria-prima brasileiros nem transferir a tecnologia”. Chamou atenção, ainda, para a importância de o INPI recuperar a atribuição, retirada por lei, de analisar contratos de transferência de tecnologia visando coibir cláusulas comerciais restritivas. “É tão óbvio que essas cláusulas têm que ser evitadas que até TRIPS aceita. Só o Brasil não o faz mais.”

Cristina Possas, Coordenadora da Área de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Programa Nacional de DST-Aids do Ministério da Saúde relatou o esforço que sua área tem feito para obter licenças compulsórias visando resolver as dificuldades do ministério no programa de AIDS, e a frustração quando a área econômica do atual governo levantou obstáculos como a dificuldade de tratar o assunto de forma independente da questão agrícola junto aos interlocutores norte-americanos. “É óbvio que se trata mais de um processo político do que de um processo legal”, afirmou.

Em seguida o desembargador André Fontes, presidente da mesa, comentou os esforços que o Poder Judiciário vem empreendendo para atualizar-se com a questão



Marcos Oliveira



Plenária

da propriedade intelectual, que ele considera um conceito novo do ponto de vista do Direito. “Hoje, varas já estão especializadas, com juízes bem informados. Das oito turmas, duas estão fortes no assunto propriedade intelectual. Na 2ª Turma, há discussões acaloradas sobre TRIPS.”

Harmonização: a quem interessa?

Carlos Correa, diretor do programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual da Universidade de Buenos Aires, discorreu sobre o que chamou de “crise de qualidade” no sistema de patentes, gerada pela incorporação indiscriminada de critérios de produtividade, e outros relacionados ao marketing de serviços, que deteriora os princípios da política patentária. Nos EUA, segundo ele, não mais de vinte horas são gastas atualmente na análise de um pedido de patente. E, pior, “a presunção é de que se deve conceder, a menos que o escritório possa provar o contrário. O solicitante virou um cliente a ser satisfeito”, resumiu.

Para ilustrar as distorções do sistema tal como ele opera nos países de primeiro mundo, Carlos Correa mostrou patentes esdrúxulas registradas no escritório norte-

americano, como um método de exercitar gatos, outro para golfistas segurarem seus tacos de forma a obter maior controle e velocidade no lançamento da bola, um dispositivo bucal para auxiliar no controle do peso, e finalmente um acessório de chapéu para cães com método de utilização. “O rápido incremento dos índices de patenteamento tem sido acompanhado por uma proliferação da concessão de patentes de duvidoso mérito”, lamentou.

Especificamente sobre o setor farmacêutico, Correa comentou que estão se tornando comuns estratégias de patenteamento para cercar a propriedade de inventos e fechar espaços no mercado. Ele considera que a restauração de padrões de inventividade mais rigorosos para patentes teria mais vantagens do que desvantagens, na medida em que o baixo padrão “permite o uso agressivo de patentes ‘inventadas’ contra competidores mais débeis, incrementa a litigiosidade e conseqüentemente os custos para consumidores, e afeta políticas públicas, por exemplo no acesso a agroquímicos e medicamentos”. Ao contrário, a exigência do nível inventivo “premia aportes genuínos, diminui a litigiosidade e promove a inovação genuína e a competência”. Para Carlos Correa, o melhor caminho para as políticas públicas

de países em desenvolvimento é aliar um padrão rigoroso de patenteabilidade a medidas de proteção do conhecimento no domínio público e de preservação e exercício da flexibilidade permitida por TRIPS.

Nuno Pires de Carvalho, representante da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), assim como Pedro Roffe, enfocou o problema dos países em desenvolvimento sob a ótica dos instrumentos internacionalmente reconhecidos a partir de TRIPS. “As novas fronteiras da propriedade industrial: mais ou menos proteção?” foi o tema de sua palestra. Segundo Carvalho, novas fronteiras podem ser definidas tanto nos níveis de proteção patentária quanto às formas de proteger. Entre os novos mecanismos criados para proteger tecnologias já disseminadas, ele destacou a controversa proteção para dados de testes, um problema que afeta particularmente a indústria de química fina, e os direitos exclusivos sobre conhecimentos tradicionais, levantando questões acerca de ambas: “Até que ponto se justifica estabelecer ineficientes direitos quase-proprietários para proteger dados de testes, ineficientes na medida em que a exclusividade sobre a matéria confidencial, ainda que combata o parasitismo, leva à reinvenção da roda e incentiva a aplicação de recursos em conhecimentos não-emulativos? Até que ponto a criação de direitos exclusivos sobre conhecimentos tradicionais exerce uma função dinâmica ou representa simplesmente um subsídio cruzado que a maioria da população paga a uma pequena minoria para proteger o que já existe?”

Sobre as recentes mudanças na forma de proteger a propriedade intelectual, o representante da OMPI observou uma tendência a “se reduzir a importância dos elementos ‘deslealdade’ e ‘fraude’ e aumentar



André Fontes



Carlos Correa



Nuno de Carvalho



Roberto Jaguaribe



Paulo Arruda



Maristela Basso

a importância do parasitismo e do passageiro clandestino, como meio de proteção aos investimentos”, dando como exemplos a proteção de dados não-originais, proteção de dados de testes confidenciais e proteção das medidas eletrônicas que bararam o acesso a certas informações.

Nuno de Carvalho citou a exaustão de direitos e o requisito de descrição capacitadora local como instrumentos que, sem aumentar ou diminuir a proteção patentária, poderiam “melhorá-la socialmente”. Fazendo um balanço de prós e contras do instrumento da exaustão em níveis nacional e internacional, ele se posicionou pela modalidade “exaustão internacional controlada”, que em sua opinião elimina os aspectos negativos e conserva os positivos das outras duas. “A exaustão é internacional, mas o titular recupera o direito exclusivo de importar se provar que está fazendo uso razoável dele”, e, em âmbito nacional, “o governo pode autorizar importação paralela se houver abusos, falta do produto, situação de emergência, práticas anticompetitivas ou quaisquer outros caso de interesse público”.

Quanto à questão da descrição capacitadora do invento, o representante da OMPI defendeu que o país concedente crie na sua legislação dispositivos de *disclosure*, isto é, determine a adaptação da descrição ao nível local médio de conhecimento técnico, para que se conserve o potencial de realização de invenções alternativas e também para facilitar o acesso à tecnologia descrita após a extinção do direito de patente.

Concluindo, Carvalho projetou um futuro sombrio para os países menos desenvolvidos que resistem ao avanço de TRIPS: o atual debate multilateral sobre a propriedade intelectual estaria, segun-

do ele, bloqueado por premissas antagônicas “igualmente erradas” - os titulares querendo mais proteção e os usuários querendo reduzi-la - e “enquanto isso as negociações bilaterais e regionais avançam, abrangendo um número crescente de parceiros comerciais dispostos a fazer novas concessões no setor da propriedade intelectual em troca de novas concessões comerciais”.

“As negociações bilaterais e regionais avançam, abrangendo um número crescente de parceiros comerciais dispostos a fazer novas concessões.”

Nuno de Carvalho

Já Roberto Jaguaribe, presidente do INPI, adotou em sua palestra a estratégia de resgatar os princípios canônicos do sistema de patentes para defender a posição brasileira contra a atual arquitetura internacional da propriedade intelectual. Lembrou que o sistema patentário, longe de ser a codificação de um direito natural, foi criado para favorecer o desenvolvimento, a inovação e a inventividade, mas acima de tudo “no interesse da industrialização”.

Sobre o rumo que vem tomando a questão depois de TRIPS, com o bilateralismo forçando concessões em países de economia mais frágil, Jaguaribe postulou que “não se pode ser principista, é preciso ser pragmático também. O Brasil entende que, apesar de o sistema ter deficiências relevantes, devemos maximizar seus benefícios. O rumo do automatismo nós não queremos. Nossa participação internacional busca ampliar os espaços de flexibilidade, de forma a combinar estrate-

gicamente política industrial com propriedade intelectual. Isto é que irá nos garantir benefícios a partir do atual sistema de patentes, especialmente o estímulo à formação de um ambiente indutor do desenvolvimento e da inovação”.

TRIPS, segundo Jaguaribe, trouxe penalidades muito acentuadas para os países em desenvolvimento. “O Brasil tem uma sofisticação tecnológica que lhe permite não sofrer excessivamente em função dos desequilíbrios introduzidos pelo acordo. Mas países pequenos nunca terão benefícios, porque seu processo de industrialização é por emulação, assim como foi o processo de industrialização da maior parte dos países que hoje proclamam a necessidade de expansão dos direitos de propriedade industrial. O exemplo mais conhecido de país que retardou a adoção de um sistema patentário é a Suíça, hoje o maior beneficiário *per capita* de propriedade industrial, por ter copiado a tecnologia inglesa e alemã notadamente na área farmacêutica.”

Sobre o impasse multilateral na questão da propriedade intelectual, o presidente do INPI tem uma visão diferente da OMPI: “existe uma aliança entre países interessados em manter um certo grau de flexibilidade e ONGs, em grande parte ligadas a direitos de consumidores, identificando exageros na ampliação do sistema de proteção, particularmente do sistema patentário, e formando uma aliança que tem capacidade de sustar esse automatismo simplista que tomou conta do processo de gestação de acordos de propriedade industrial desde os anos 90. A agenda do desenvolvimento proposta pelo Brasil e Argentina propõe reconduzir o tema da propriedade industrial às suas origens de instrumento de capacitação, motor de



Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães



Sérgio Paulino



Pedro Moniz

desenvolvimento, de tecnologia e de industrialização. É legítimo o interesse das grandes companhias que atuam internacionalmente em ter regras homogêneas de atuação. Por outro lado, interesse tão ou mais legítimo é o dos países em desenvolvimento de dotar a sua legislação de propriedade industrial de grau de proteção compatível com seu processo de capacitação tecnológica e industrial. São demandas contraditórias e difíceis de conciliar.”

As questões mais delicadas estão, segundo Jaguaribe, no âmbito da OMPI, que “tenta promover uma harmonização considerada detrimental aos interesses dos países em desenvolvimento”. Para ele, existe inclusive o risco de os acordos multilaterais perderem relevância frente aos “instrumentos bilaterais de cooptação que estão sendo utilizados”, como os FTA. “Não interessa no momento ao Brasil uma ampla harmonização”, pelo menos segundo uma pauta definida pelos EUA e Japão, com apoio da União Européia. “As fronteiras da propriedade industrial, que são dinâmicas, nos obrigam a ponderações sobre áreas que estão insuficientemente tratadas: a questão da divulgação, que abrange uma área importante de recursos genéticos e da fonte de obtenção desses recursos; a questão dos conhecimentos tradicionais, que precedem o conhecimento genético; a questão do folclore, das restrições de uso por interesse público, enfim, diversas matérias que são objeto de controvérsia.”

O presidente do INPI questionou mais uma vez a crença no multilateralismo como instância essencialmente democrática: “temos que ponderar se valeria a pena introduzir um freio neste processo pela via multilateral. As negociações multilaterais tendem, historicamente, a não ser tanto negociações, mas simples concessões uni-

laterais para acomodação de posições pre-estabelecidas, sobretudo para grupos de países, com os EUA à frente”.

“Apesar de identificar deficiências relevantes no atual sistema, o Brasil sabe que ele é praticamente irreversível e temos que maximizar os benefícios que podemos auferir neste quadro que ora se apresenta. Não significa que se deva manter no rumo do automatismo sem nenhum embasamento empírico. Nem a propriedade industrial pura é indutora suficiente de inovação e capacitação tecnológica, nem a ausência de propriedade industrial é indutora de uma indústria copiadora eficaz. É preciso fazer uma combinação estratégica de política industrial com propriedade industrial” - insistiu Jaguaribe.

“Não interessa no momento ao Brasil uma ampla harmonização.”

Roberto Jaguaribe

Paulo Arruda, professor da Unicamp, externou sua preocupação com a falta de proteção patentária no Brasil para a área tecnológica que representa: a genômica e seus desdobramentos na tecnologia de cultivares e de produção de energia renovável. “Hoje o Brasil produz açúcar a um preço menor do que US\$ 100 por tonelada. Num setor que era altamente poluidor, com grande impacto no meio ambiente, tivemos condições de desenvolver tecnologias genéticas e de processos industriais que o converteram numa indústria totalmente equilibrada com o meio ambiente. Apesar disso, o setor sucroalcooleiro não tem a proteção patentária necessária para se tornar o potencial fornecedor da ener-

gia renovável que o mundo demandará nos próximos 20 a 30 anos.”

O debatedor Sérgio Paulino, do INPI, engajou-se no debate por outra vertente. Mesmo reconhecendo que, no caso da genômica, o desenvolvimento tecnológico brasileiro pode ser positivamente afetado pela proteção por patentes, ele ponderou: “não creio que seja o caso da indústria brasileira como um todo. O fato de a legislação não poder atender diferentemente os agentes econômicos é um problema real. Temos que procurar fazer isso com políticas específicas, complementares”. Paulino reconhece que é delicado e difícil mensurar os estímulos que cada setor precisa para gerar internamente um ambiente de inovação, e lembra que, se no plano legislativo a questão encontra-se estabilizada, no plano das políticas é factível pensar em calibração.

A palavra final do presidente do INPI quanto à complexidade do tema das patentes foi marcante e elucidativa da natureza dos confrontos que se processam na cena contemporânea:

“Os compromissos relativos à propriedade intelectual que decorrem de TRIPS obrigam os países menos desenvolvidos a proteger o que não têm. Isto vale para 90% dos países, que não apenas devem proteger propriedade industrial que eles não geram como são obrigados a arcar com os custos da legislação. E ainda incorrem no risco de multas e custos cada vez maiores, porque a eficácia requerida para a proteção da propriedade industrial é maior do que a eficácia exigida na proteção da vida. Países que têm uma eficácia de polícia rudimentar têm que ter excelente eficácia política na área da proteção dos direitos da propriedade industrial. Isto é uma iniquidade.”

Parceria Público-Privada: Uma Solução para a Crise da Saúde

Painel "Uso do Poder de Compra do Estado" discute sustentabilidade da indústria nacional de fármacos

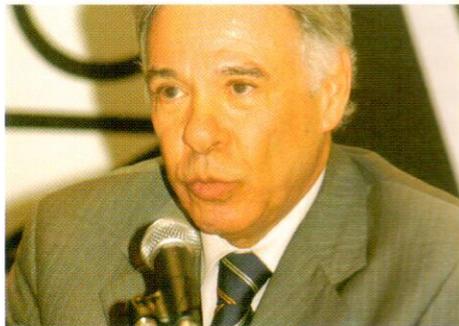
No V Encontro Nacional da Inovação Tecnológica (Enitec), realizado no dia 9 de maio na sede da Firjan por iniciativa da Protec, o grande destaque foi o painel "Uso do Poder de Compras do Estado no Complexo da Saúde". Pela primeira vez desde a década de 80, autoridades de governo reconheceram publicamente que o



Eva Fontes



Eduardo Costa



Ogari Pacheco

controle nacional da cadeia produtiva de fármacos e medicamentos essenciais para a saúde da população é estratégico no contexto de políticas públicas, assumindo o compromisso de buscar uma parceria com o setor privado existente nessa área.

O que mudou? O mercado internacional, especialmente no segmento de drogas anti-AIDS. Com o início da forte implantação dos programas da Organização Mundial de Saúde para a África, o preço de tais farmoquímicos vem subindo - o Ministério da Saúde praticamente dobrou seus gastos com medicamentos nos últimos cinco anos. Há risco de desabastecimento e, nesse cenário, a indústria nacional de fármacos desponta como única alternativa segura para a estabilização do programa.

O painel reuniu o diretor do laboratório público Farmanguinhos, Eduardo Costa, a coordenadora da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Eva Fontes, além de representantes da indústria nacional de produtos farmoquímicos e outros insumos para a área da saúde. Ao final, o diretor de Farmanguinhos propôs a busca imediata de uma forma de "parceria público-privada" com o setor, contemplando um programa de médio prazo de compras governamentais.

Aliança estratégica

A representante do Ministério da Saúde, Eva Fontes, impressionou os participantes com um gráfico mostrando a evolução dramática nos últimos anos dos gastos com medicamentos para os principais programas do Ministério da Saúde. A despesa pulou de R\$ 1,9 bilhão em 2002 para R\$ 3,2 bilhões em 2005 (só o programa de DST-AIDS consumiu R\$ 1 bilhão em me-

dicamentos); e para 2006 a previsão é de R\$ 4,1 bilhões. Ou seja, os gastos dobraram no curto período de cinco anos.

Segundo Eva Fontes, a difícil missão da Secretaria de C&T é ampliar, com orçamento limitado, o acesso da população aos medicamentos. "Os preços dos produtos que vêm de fora muitas vezes assustam. Nossa proposta é ampliar o acesso indicando aos parceiros e fornecedores daqui o que pesquisar e desenvolver. Precisamos melhorar a forma como estamos utilizando nosso orçamento, e as negociações com a ABIFINA e os produtores nacionais de fármacos deverão apontar qual é o caminho, apoiando-nos onde precisamos de ajuda."

O médico Eduardo Costa, diretor de Farmanguinhos, destacou-se não só pela maneira franca com que se dirigiu aos representantes da indústria nacional presentes ao Enitec mas também pelo compromisso firme e abertamente assumido no sentido de apoiar a recuperação do setor por meio de um programa sustentado de compra de fármacos produzidos no Brasil.

"Não preparei uma apresentação, pois achei que era o momento de ter uma conversa" - disse Costa. "Estamos querendo inputs para uma mudança na gestão de Farmanguinhos, na perspectiva de nos enquadrar melhor como instrumento de promoção do desenvolvimento industrial. Nós, na área da saúde, até recentemente não nos preocupávamos com questões econômicas. Nosso instrumento era lutar por uma maior participação no orçamento público e por realizar os gastos necessários para cuidar da saúde da população. Nossa visão era de que precisávamos ser grandes advogados de uma partição do bolo orçamentário que solucionasse os problemas da saúde. Mas aos poucos fomos percebendo que esta é uma solução

parcial, que é preciso aplicar um pouco de inteligência à gestão do orçamento, e que é necessário olhar a questão econômica como um todo.”

O diretor de Farmanguinhos citou o sistema de saúde inglês como um exemplo de articulação bem-sucedida entre Estado e setor privado e de adequada incorporação de conceitos econômicos ao planejamento da saúde. Até a década de 40, do século 20, a Inglaterra não tinha uma indústria farmacêutica forte. Era dependente de importações, principalmente da Alemanha e Suíça, e gerava apenas 5 mil empregos no setor farmacêutico. Segundo Eduardo Costa, esse quadro mudou a partir de 1948 com um acordo pelo qual o governo pagava 20% sobre a planilha de custos da indústria farmacêutica e esta se comprometia a produzir os medicamentos necessários para os programas de saúde pública. Esse acordo durou 40 anos e teve algumas repercussões importantes, afirmou: “De importador de medicamentos, a Inglaterra passou a ter um superávit no segmento de medicamentos, que no início da década de 90 chegou a 5 bilhões de libras. Foi o poder de compra do Estado que fez essa transformação.”

Eduardo Costa chamou atenção para um tópico importante, sobretudo no caso dos chamados “medicamentos excepcionais”, e que segundo ele teve tratamento adequado no sistema de saúde inglês: “eles definiram uma taxa de incorporação tecnológica máxima de 1% ao ano, ou seja, este era o limite de aumento de custo para um novo medicamento ser aceito e introduzido no sistema. Quando discutimos os excepcionais, às vezes temos tendência a ser empurrados para qualquer gasto, o que só poderíamos resolver internamente pela inovação, mas temos também que estabelecer algumas políticas restritivas à incorporação”.

Farmanguinhos produz uma parte pequena das necessidades do programa DST-AIDS, afirmou o diretor, “mas podemos aumentar essa participação se fizermos uma aliança, um círculo virtuoso, com o setor privado brasileiro. E acredito que temos caminhos para viabilizar isso: o governo federal tem aberto algumas perspectivas especialmente a partir da política industrial, que privilegiou a indústria farmacêutica, e começamos a ter instrumentos



Nelson Brasil



Lélio Maçaira

para pôr em prática essa política, apesar de ainda estarmos amarrados à política de compras governamentais no estilo do menor preço”.

Sobre a aplicação da Lei nº 8.666 ao setor de saúde, o diretor de Farmanguinhos reconhece e critica a interpretação corrente de que o mais vantajoso é sempre o mais barato e que, portanto, o preço seria a vantagem central. “Hoje já temos clareza de que o menor preço nas nossas aquisições de matéria-prima tem representado um enorme custo.”

Pelos cálculos de Eduardo Costa, se Farmanguinhos passar a comprar determinadas matérias-primas por preços até 30% superiores mas obtiver, em contrapartida, acompanhamento da qualidade e redução da perda dos 10% atuais para 3%, será possível aumentar substancialmente o retorno econômico para a instituição. “Não estamos comprando certo” - admitiu. “Compramos pelo menor preço mas com menor rendimento. Se for possível aumentar o preço e ganhar rendimento, teremos uma vantagem econômica direta, independente dos outros benefícios para o País, como mais emprego qualificado, diminuição da conta previdenciária etc.”

Mais do que diagnosticar o problema, o diretor de Farmanguinhos apontou soluções e prometeu lutar por elas dentro do Ministério da Saúde. “Queremos uma parceria público-privada de desenvolvimento tecnológico e industrial na nossa área. Um acordo para aquisições de médio prazo - 4 a 5 anos - contratadas com um consórcio de empresas nacionais. E nós faríamos um input tecnológico, pois se num primeiro momento eu consigo comprar 30% mais caro e ainda ter o mesmo preço de entrega para o Ministério da Saúde, posso também pensar que nesse médio prazo, por incor-

poração e melhora do padrão industrial da farmoquímica brasileira, vou conseguir maior redução de preço.”

Finalizando sua apresentação, Eduardo Costa garantiu que está em discussão no governo a possibilidade da subvenção para o aperfeiçoamento do parque farmoquímico brasileiro (a política industrial prevê isso), em particular no segmento de AIDS. “Queremos começar pela AIDS e doenças negligenciadas, como malária e tuberculose. Para essas nós temos um mercado internacional fantástico, que nos procura e quer comprar de Farmanguinhos. Hoje não temos condições de atender, mas se fizermos uma boa parceria com o setor farmoquímico nacional podemos mudar isso. Temos que descobrir qual é o ponto de calibração da relação público-privada na nossa área.”

Política às avessas

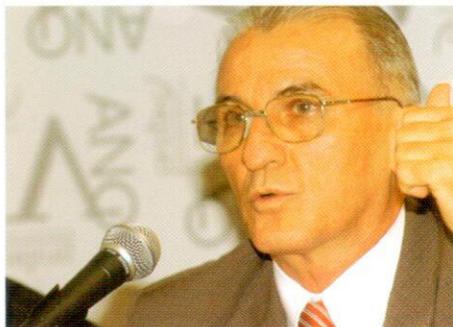
A proposta do diretor de Farmanguinhos foi recebida inicialmente com um misto de entusiasmo e incredulidade pelos debatedores convidados, todos representantes da indústria nacional privada. “Com 20% sobre a planilha, fecho negócio agora com Farmanguinhos para qualquer produto” - garantiu Ogari Pacheco, presidente da Cristalia. “O desafio está aceito. Melhor que isso, só se for verdade” - completou Lélio Maçaira, da Genvida. “A idéia do Eduardo é brilhante, e é a única maneira de resolver o problema” - elogiou Nicolau Lages, diretor da Nortec.

A trajetória desses três empresários tem em comum a ousadia e a aposta na inovação tecnológica como estratégia de sobrevivência, sobretudo a partir do grande cataclisma que devastou o parque nacional de fármacos no início dos anos 90: a

brusca e indiscriminada abertura do mercado brasileiro às importações. A Cristalia optou por concentrar-se nos segmentos de anestésicos e medicamentos anti-AIDS, e já desenvolveu diversas alternativas para insumos patenteados. A Nortec, dedicada exclusivamente aos farmoquímicos, partiu para a contra-ofensiva adquirindo ativos de uma empresa estrangeira, e hoje não depende do governo para viver. O dirigente da Genvida participou do desenvolvimento e domínio da tecnologia dos anti-retrovirais no Brasil de forma pioneira na Microbiológica, e se declara apto a produzir qualquer insumo requerido pelo programa de AIDS, tanto patenteados quanto não-patenteados.

A incredulidade dos empresários decorre do fato de que, ao menos no segmento de farmoquímicos, o discurso oficial não tem correspondido à prática. A política industrial do atual governo - que privilegia a produção de fármacos no País, continua sendo aplicada às avessas pelo Ministério da Saúde. Foram apresentados alguns casos chocantes de uso invertido do instrumento poder de compra do Estado; isto é, contra a indústria nacional. Ogari Pacheco conta que, num dos componentes do coquetel anti-AIDS, a Cristalia precisou vencer quatro licitações seguidas para ganhar um contrato com o governo, pois através de recursos e contestações os representantes de laboratórios estrangeiros ou conseguiam a anulação da concorrência ou ofereciam vantagens e conquistavam a preferência do governo. "É preciso ser muito teimoso, muito persistente, muito tenaz para fornecer para o governo" - lamentou Pacheco.

O empresário relatou também que, estimulada pelo governo a desenvolver uma alternativa de produção local para alguns dos insumos mais caros do programa de AIDS, a Cristalia desenvolveu, entregou amostra devidamente aprovada, com índice de preços, e no final constatou que esses índices haviam sido usados para negociar e baixar o preço de compra junto à multinacional detentora da patente. Diante disso, a empresa mudou de estratégia e passou a desenvolver análogos dos produtos patenteados, sendo que um deles mostrou-se nos testes "dez vezes mais potente que o mais potente em uso no País hoje". Pleiteou então um *fast-track* para a



Nicolau Lages



Fernando Sandroni

análise de seu pleito pela Anvisa, mas a agência rejeitou o pedido alegando uma pretensão de favorecimento.

O resultado dessa política desastrosa para a indústria nacional foi expresso em números pelo diretor da Nortec, Nicolau Lages. Ele lembrou que, enquanto os gastos do governo com insumos não param de crescer, a participação do produto fabricado no Brasil nos pregões de laboratórios oficiais não pára de cair: em 2003 ela ainda estava na faixa dos 30%, mas em 2004 baixou para 23%, em 2005 para 8%, "e este ano, se tudo continuar como está, não chegará a 4%" - alertou o empresário.

Por insistir na compra pública pelo critério do menor preço, mesmo numa área sensível como a saúde, o governo vem perdendo a chance de tornar o Brasil um fornecedor mundial de medicamentos genéricos. Esse problema foi apontado por Lélío Maçaira: "Não temos nenhum anti-retroviral genérico. Como o governo compra a cada licitação de um fornecedor de fármaco diferente, não atendemos as especificações para registro na OMS e, assim, perdemos para a Índia e a China uma enorme oportunidade de exportar para os programas de países africanos. Se definirmos o insumo, podemos dar a volta por cima e tirar proveito do comprovado potencial da

indústria farmoquímica nacional."

Foi unânime entre os debatedores a constatação de que o poder de compra do Estado é o instrumento central para a recuperação do setor farmoquímico. "Isto é mais importante do que a subvenção e o financiamento, até porque vivemos com capital próprio. Nossa indústria precisa de pedidos" - frisou Ogari Pacheco. "No caso dos anti-retrovirais, em que o governo é o único cliente, ninguém vai desenvolver produtos se o governo não quiser comprar. O importante é o mercado" - reforçou Nicolau Lages. Já Lélío Maçaira chamou atenção para um detalhe crucial: "É preciso andar depressa, pois o tempo está contra nós."

Tanto a coordenadora da Secretaria de C&T do Ministério da Saúde quanto o diretor de Farmanguinhos manifestaram interesse em concretizar a curto prazo parcerias com o setor privado, pois os efeitos negativos do atual sistema de compras vêm se acentuando. Eva Fontes reconheceu que a Lei nº 8.666 tem trazido dificuldades para a aquisição de insumos de saúde: "o produto mais barato freqüentemente requer reprocessamento, o que onera os nossos programas e reduz o retorno para o governo." Eduardo Costa confirmou que o reprocessamento é um problema grave, concordou com Lélío Maçaira sobre a questão da perda de oportunidades no mercado internacional de genéricos, e reiterou: "queremos resolver o problema. O momento político é favorável porque as condições econômicas mudaram e há uma expectativa mundial de que o Brasil tenha uma farmoquímica forte, tornando-se mais um parceiro, mais uma alternativa estratégica."

O diretor de Farmanguinhos concluiu sua intervenção mostrando com clareza o caminho a seguir: "nossa missão institucional é abastecer o Ministério da Saúde, e no quadro atual temos problemas de produção. Só posso produzir melhor se eu estiver em contato constante com o produtor das matérias-primas. Queremos ter genéricos, mas é preciso haver fornecedores definidos e pensar a cadeia completa de suprimento. Só a compra sustentada vai nos garantir estabilidade no fornecimento, qualidade e, a médio prazo, redução de preço. Se pusermos nosso carrinho na estrada, muita gente virá junto. O importante é começar."

Música para os ouvidos

A reiterada disposição do diretor de Farmanguinhos de estabelecer uma parceria público-privada para o suprimento de fármacos e de privilegiar o contato direto com o fornecedor acabou por dissipar as últimas reservas de ceticismo dos representantes da indústria farmoquímica. Nelson Brasil, vice-presidente da ABIFINA e moderador do painel, tomou a iniciativa de aplaudir Eduardo Costa pela “sensibilidade de perceber que a rastreabilidade do processo de fornecimento é uma questão estratégica”, e encorajá-lo a seguir o exemplo da Petrobras, que não abre mão de fiscalizar o processo produtivo dos seus fornecedores:

“Os grandes movimentos partem de situações de fato, como a que Farmanguinhos enfrenta hoje, e é de nossa responsabilidade procurar a facilitação desse processo” - exortou Nelson Brasil. “Não vai ser fácil mexer com o status quo. A resistência à mudança será grande, mas Eduardo Costa irá encontrar em nós uma

parceria muito efetiva para concretizar o que pretende.”

A partir desse momento, os empresários foram unânimes em reconhecer que a proposta de Farmanguinhos soa como “música para os ouvidos”. Nicolau Lages observou que agora a perspectiva é realmente boa. “O processo tende a andar, e rápido, porque está faltando insumo. As atuais dificuldades do governo vão provocar uma ação mais enérgica no sentido de resolver o problema, porque é preciso ampliar o acesso da população aos medicamentos e sem suprimento garantido não se vai conseguir.” Lêlio Maçaira afirmou que “com um programa planejado de compras, matéria-prima não será problema. Farmanguinhos não precisa se preocupar: é só dar o desafio que a farmoquímica encontra a solução, como sempre encontrou”.

O presidente do Conselho de Tecnologia da Firjan, Fernando Sandroni, que, em sua mensagem de boas-vindas aos participantes do Enitec, havia externado certo desânimo com relação ao ritmo de implantação dos mecanismos oficiais de apoio à

política industrial, pediu a palavra e disse: “quero rever minha posição pessimista. O que está ocorrendo neste painel nos leva a acreditar que será possível, a exemplo do que ocorreu na Inglaterra em 1948, estabelecer um clima de confiança mútua entre os órgãos governamentais e as empresas nacionais do setor farmoquímico.”

Restou ainda entre os debatedores do painel uma preocupação, expressa por Lêlio Maçaira: “O que ouvimos é música, mas quando é que essa música vai começar a tocar? Temos que andar rápido, porque a orquestra está toda aí: é só afinar os instrumentos.” E mais uma vez, o diretor de Farmanguinhos não decepcionou os presentes: “antes do final de junho quero um acordo fechado com o setor. E ele tem que ser público e claro. Precisamos, afinal, ganhar a confiança da população, pois ela será nossa grande aliada. A farmoquímica brasileira ter um bom desempenho é o mais importante. Que seja uma parceria frutuosa!”

Uso do Poder de Compra do Estado - Conclusões e Recomendações do Painel

CONCLUSÕES

1. O suprimento de matérias-primas importadas para a fabricação de medicamentos, em compras realizadas na forma de leilões, embora sejam baseadas em menores preços, na realidade embutem custos financeiros, econômicos e sociais bem maiores, se levados em conta os dispêndios requeridos para o reprocessamento de matérias-primas de baixa qualidade assim adquiridas, os atrasos nos atendimentos aos programas da saúde pública e as perdas de renda interna e de emprego de brasileiros pelo fechamento de unidades produtivas domésticas.
2. O poder de compra do Estado é o instrumento mais importante, de longe, para a efetiva implantação da política tecnológica e industrial na área de fármacos, como priorizada pelo governo federal.
3. A despeito do unânime reconhecimento de seu valor nesse sentido, nenhuma medida foi adotada pelo poder público nessa área, desde o início da abertura comercial ocorrida nos anos 90, quando foram desativadas importantes ações que vinham sendo conduzidas ao abrigo da Portaria Interministerial nº 04/84.
4. A plena e inquestionável adoção de efetivas medidas nessa matéria deverá requerer a adoção de resoluções normativas na área sanitária e de regulamentos ou de medidas legislativas que permitam a adequação da Lei de Licitações à realidade do setor, à semelhança do que ocorreu com a Lei de Informática.
5. O fato aludido no tópico anterior não deve constituir, no entanto, fator impeditivo ou inibitório ao surgimento de iniciativas espontâneas, ou induzidas, nos laboratórios oficiais no sentido de abrigar, em suas licitações, conceitos de valor mais amplos do que o simples preço, e que já são contidos na Lei nº 8.666.
6. Nesse cenário é extremamente louvável a iniciativa pioneira de Farmanguinhos no sentido de buscar a viabilização de parcerias de longo prazo com o setor produtivo fabricante de fármacos no Brasil, visando assegurar o acesso de medicamentos essenciais à população, a custos condizentes com o orçamento público do País.

RECOMENDAÇÕES

Recomendar aos Exmos. srs. ministros Chefe da Casa Civil, do Planejamento, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Ciência e Tecnologia e da Saúde, que orientem os respectivos ministérios no sentido de serem aplicadas, com maior agilidade, as sugestões relacionadas ao uso do poder de compra do Estado, já definidas no âmbito do Fórum de Competitividade da Cadeia Produtiva de Medicamentos.

Transmitir ao Exmo. sr. ministro da Saúde e ao Presidente da Fiocruz o aplauso do V Enitec à louvável e pioneira iniciativa do diretor de Farmanguinhos na área de compras de matérias-primas para medicamentos essenciais, ao se decidir por enfrentar de frente, e de forma transparente, tão grave problema representado pela ameaça de desabastecimento na área da saúde, em especial de anti-retrovirais e para doenças negligenciadas.

Inovação Tecnológica e Desenvolvimento



Fabio Erber, doutor em Economia pela Universidade de Sussex, é Professor Titular de Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da UFRJ, onde tem realizado cursos sobre teoria do desenvolvimento e história da política econômica recente no Brasil. Desde os anos 70 esteve envolvido com a proposição e implementação de políticas de desenvolvimento tecnológico e industrial, trabalhando na Finep, no Ministério de Ciência e Tecnologia, no Ipea e no BNDES, onde foi diretor no governo Itamar Franco e, novamente, em 2003/2004, quando participou ativamente da formulação e execução da PITCE. Na entrevista a seguir, Fabio Erber contribui com uma reflexão sobre esses temas de relevante interesse nacional.

Entrevista *Fabio Erber*

Quais foram as novidades apresentadas pela Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) de 2003?

Em primeiro lugar, a própria existência da política. Desde 1990 não havia uma política governamental formada a partir de uma visão da estrutura produtiva do país, embora existissem medidas pontuais. Algumas dessas medidas eram voltadas para defesa de setores específicos contra a concorrência desleal no comércio internacional (por exemplo, em têxteis), outras viviam competir com vizinhos do Mercosul pelo investimento estrangeiro, como foi o caso do regime automotivo. Mesmo quando foram tomadas medidas criativas, como no caso dos fundos setoriais para apoio à inovação, estabelecidos pelo Ministério de Ciência e Tecnologia no fim do último governo, seu alcance era fragmentado.

A PITCE parte da percepção de que os diversos setores e cadeias produtivas desempenham papéis diferenciados na dinâmica do desenvolvimento, em termos de geração e difusão de inovações, competitividade e dinamismo internacional e atendimento das necessidades básicas da população. Assim, a partir dos critérios de funcionalidade no processo de geração e difusão de inovação, efeitos sobre o balanço de pagamentos e equidade econômica e social, foram priorizados, den-

tro da estrutura produtiva, os setores de software e componentes eletrônicos, que compõem o núcleo do “complexo eletrônico” - o mais dinâmico do mundo, os bens de capital, onde o progresso técnico se materializa e é difundido pelo resto do sistema produtivo e o setor de fármacos, sem o qual o País fica na dependência de oferta estrangeira de farmoquímicos que entram na composição de medicamentos importantes no combate a doenças (AIDS, tuberculose etc.) com custos e riscos (de desabastecimento) crescentes para a sociedade brasileira. Somente este ano o Ministério da Saúde deverá gastar com compras de medicamentos para atendimento a doentes com AIDS R\$ 1,2 bilhão, um gasto crescente devido ao fato de muitos desses medicamentos serem patenteados. Pensando a prazo mais longo, selecionaram-se dois campos tecnológicos de natureza transversal, cujo desenvolvimento afetará parte significativa da sociedade brasileira e nos quais é fundamental constituir uma forte capacitação técnica e produtiva: biotecnologia e nanotecnologia, corretamente qualificados como “portadores de futuro”. Ou seja, há na PITCE uma visão da evolução desejada da estrutura nacional de capacidades científicas, técnicas e produtivas. Ao propor esta visão à sociedade, o Estado cumpre uma das suas funções básicas: a coordenação das expectativas e

a redução de incertezas, notadamente as expectativas dos empresários.

Qual é o papel desempenhado pelos instrumentos financeiros na Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior?

Os principais atores da Política Industrial são as empresas privadas e a PITCE só se efetiva se seus protagonistas aumentarem os investimentos em capacidade tecnológica e de produção. O Estado pode fomentar estes investimentos por meio de dois tipos de instrumentos: aqueles que reduzem custos e os que reduzem riscos. Instrumentos como os incentivos fiscais e, em especial, o financiamento reduzem principalmente o custo do investimento e diferem esse custo ao longo do tempo, reduzindo as barreiras ao investimento. Outros mecanismos financeiros, como o capital de risco reduzem, como o seu nome indica, o risco do investimento. No âmbito da PITCE, o BNDES e a Finep estabeleceram vários mecanismos que visam reduzir o custo do seu financiamento e partilhar o risco dos investimentos, principalmente para os setores e atividades prioritários da política, a exemplo do Profarma do Banco e a subvenção prevista na Lei de Inovação.

A seu juízo, esses instrumentos são suficientes?

Não. Esses instrumentos são necessários, mas não suficientes. Em primeiro lugar, eles podem ser melhorados. Por exemplo, a subvenção da Lei de Inovação precisa ser regulamentada e o custo do financiamento para os mutuários do BNDES pode ser minorado pela redução da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que estabelece o piso do custo do financiamento. Manter a TJLP alta faz com que, quando somada aos *spreads* de risco do BNDES e dos seus agentes, o financiamento de longo prazo no Brasil seja mais caro do que nos demais países, reduzindo a competitividade internacional das nossas empresas. Essa taxa é arbitrada pelo Conselho Monetário Nacional, foi mantida indevidamente alta por muito tempo e é importante que a tendência cadente observada recentemente seja reforçada. O argumento de que a TJLP traz embutido um subsídio porque é mais alta que a taxa Selic não se sustenta, posto que compara taxas cujo processo de formação e tipo de aplicação são completamente distintos, da mesma forma que é incorreto juntar os créditos concedidos pelos agentes do BNDES com recursos do FAT, feitos voluntariamente por esses agentes, com a aplicação obrigatória de recursos pelos bancos, a exemplo do crédito para a agricultura.

Em segundo lugar, é necessário estimular o capital de risco. A política monetária em vigor produz um forte viés em favor de aplicações em títulos governamentais de curto prazo, alta liquidez e baixo risco, inibindo o desenvolvimento do mercado de capitais. Firms de porte pequeno e médio, principalmente as que estão em seus estágios iniciais do ciclo de vida, são especialmente afetadas pelo conservadorismo da estrutura financeira estabelecido pela política monetária. O Sistema BNDES precisa ser capitalizado através dos lucros que gera e ser tratado de forma específica pelo Banco Central, dado que um banco de desenvolvimento é uma instituição distinta daquelas para as quais foram desenhadas as normas do Acordo de Basileia que o Banco Central aplica na sua supervisão. É óbvio que não estou recomendando a gestão temerária dos recursos próprios e do FAT pelo BNDES, mas é forçoso reconhecer

que uma das funções de um banco de desenvolvimento é assumir riscos. Tivesse o BNDES uma atitude timorata no passado, não teríamos hoje a indústria brasileira.

Admitindo que esses problemas que apontou acima estivessem resolvidos, os investimentos que a PITCE gostaria de ver necessariamente surgiriam? Ou seja, é uma questão apenas de financiamento?

Antes fosse. Acho que a questão da incerteza que bloqueia os investimentos tem três componentes. Um é o financeiro, ao qual já me referi e que já é complicado. O segundo é o de acesso a insumos que a empresa necessita, mas não tem condições de produzir, especialmente quando esses insumos têm um processo de produção que demanda grandes escalas, longos períodos de maturação e não são comercializados internacionalmente. Por exemplo, serviços de infra-estrutura e, em boa medida, recursos humanos. No nosso caso, esse tipo de incerteza é agravado pela deterioração da infraestrutura física, resultante da inadequação das estratégias que foram adotadas para a privatização e regulação desses serviços, e pelo baixo desenvolvimento da infra-estrutura de ciência e tecnologia. Em outras palavras, essa incerteza “técnica” está muito vinculada à política fiscal. O terceiro tipo de incerteza tem a ver com o mercado. As duas primeiras incertezas estão ligadas à viabilização dos investimentos. A do mercado refere-se à atratividade do investimento. Se a existência do mercado é muito incerta, o investimento tende a ser nulo ou reduzido ao mínimo possível. Aqui, uma vez mais, as condições de contexto prevalecem: é necessário que haja um padrão de crescimento que seja visto como sustentável, não espasmódico, e que, havendo crescimento sustentável, o acesso ao mercado não seja inviabilizado pela política cambial, de importações (tarifas e normas) e por não se poder aplicar uma política de compras, quando o Estado é o grande comprador, como no caso da indústria farmacêutica, por conta da política fiscal.

Na sua visão, o tripé de políticas macroeconômicas - monetária, cambial e fiscal - reduz a eficácia da PITCE?

Nos anos 70, o pessoal que trabalhava com política científica e tecnológica desenvolveu o conceito de “políticas explícitas e implícitas”, que pode ser aplicado ao caso brasileiro atual. A política industrial “explícita”, a PITCE, visa aumentar os investimentos em capacidade tecnológica e produtiva, o tripé macroeconômico visa manter a estabilidade de preços a curto prazo e o diagnóstico que faz da economia brasileira e sua implementação contém um conjunto de incentivos negativos para o investimento industrial que atuam na direção contrária à da PITCE. Esse conjunto de incentivos do tripé é uma política industrial “implícita”. Desde os anos 70 sabemos que quando as políticas explícitas e implícitas convergem obtêm-se um forte efeito de sinergia entre elas. Quando elas divergem, todas perdem eficácia, especialmente as políticas setoriais, como é o caso da PITCE.

A que se deve esta contradição entre a PITCE e as políticas macro?

Acho que a contradição reflete as divisões que existem dentro do Estado brasileiro, que, por sua vez, refletem divisões dentro da sociedade. Para colocar de outra forma: as políticas econômicas convergem quando existe uma “convenção”, um acordo que se estabelece entre os principais protagonistas do processo decisório, quanto aos principais problemas que se quer resolver e quanto às soluções aceitáveis para solucionar esses problemas. No caso brasileiro, houve, no campo da economia, uma convenção dominante durante meio século: a convenção desenvolvimentista. Atualmente, não há uma convenção que exerça semelhante hegemonia sobre corações e mentes, embora haja, claramente, uma convenção dominante. Esta tem por objetivo a estabilidade de preços e por instrumentos as mudanças institucionais e o tripé macro que já vimos. Vê o crescimento mais como uma ameaça à estabilidade do que como uma solução. Na melhor das hipóteses, o crescimento é algo que paira no horizonte, condicionado às reformas e à manutenção do tripé. Mas, como sabemos, o horizonte é uma linha imaginária que se afasta à medida que dela tentamos nos aproximar...

INPI

No dia 3 de abril, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, em cerimônia realizada no Centro de Treinamento do INPI, no Rio de Janeiro, anunciou os novos procedimentos que deverão marcar profundamente a nova fase do INPI. Participaram desse evento, dirigentes de órgãos públicos e de entidades de classe, entre as quais a ABIFINA, representada pelos vice-presidentes Nelson Brasil e Marcos Oliveira. Os dirigentes da ABIFINA saudaram o novo INPI e emprestaram pleno apoio às novas diretrizes adotadas pelo instituto, com destaque para um conceito básico unanimemente aceito pelo setor produtivo brasileiro de que "patente não é um direito natural, mas sim um instrumento para o desenvolvimento econômico, sendo mais importante a qualidade da decisão adotada em cada caso do que a quantidade das patentes concedidas". A ABIFINA monitora registros de patentes do interesse do setor produtivo que representa, realiza cursos e seminários sobre a matéria e dá pleno apoio ao INPI na defesa dos interesses nacionais.



No dia 17 de abril, o presidente da ABIFINA, Luiz Guedes, em audiência com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, reiterou a importância do INPI para o processo de industrialização do País ao abrigo da nova política industrial, tecnológica e de comércio exterior. Nesse contexto foi destacado que a formação de recursos humanos para a instituição e a justa retribuição salarial dos mesmos, expressa em adequado plano de carreira, também deveria ser objeto de atenções e cuidados especiais pelo poder público.

FÓRUMS DE COMPETITIVIDADE

Cadeia Agroquímica: representada por dirigentes da entidade e de empresas associadas, no dia 19 de abril, em Brasília, a ABIFINA participou de reunião do Fórum de Competitividade da Cadeia Agroquímica.

Cadeia Farmacêutica: a ABIFINA, através de seus dirigentes relativos ao segmento, participou no dia 12, em Brasília, de reunião do GT-Tecnologia do Fórum da Cadeia Produtiva Farmacêutica.

CONSELHO ABIFINA

Dirigentes e associados da ABIFINA reuniram-se no dia 10 de abril, em sessão do Conselho Administrativo da entidade. À ocasião foi tratada extensa pauta de temas políticos, sendo traçada a orientação a ser seguida pela diretoria.



ALFA RIO

É a mais nova associada. Através do presente temos a grata satisfação de informar ao corpo social da ABIFINA que a empresa Alfa Rio Química Ltda teve seu ingresso na nossa entidade efetivado, após serem cumpridos todos os requisitos estatutários. Nossos votos de boas-vindas ao novo associado.

COMITÊ AGROQUÍMICO DISCUTE NOVAS ESTRATÉGIAS

Realizou-se no dia 5 de abril, na sede da ABIFINA, ocorreu reunião do Comitê Agroquímico da entidade, que teve por finalidade examinar a pauta de temas do interesse específico do segmento de defensivos agrícolas.

No dia 6 de abril, dirigentes da ABIFINA e do Comitê Agroquímico da entidade participaram de reunião com o presidente da Anvisa, Dirceu Raposo, que se encontrava acompanhado do assessor da Gerência da Regulação Econômica e Monitoramento do Mercado, Luiz Milton. Esta reunião teve por objetivos comentar procedimentos e dar sugestões pertinentes aos procedimentos administrativos usados pela Anvisa.

O presidente da ABIFINA, Luiz Guedes, participou, no dia 15 de maio, em Brasília, de reunião da Câmara Temática de Insumos Agropecuários - CTIA, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que teve por objetivo discutir os seguintes temas: (1) Oportunidades e entraves para o desenvolvimento da biotecnologia agrícola no País; (2) Análise e aprovação de pleitos junto à CTNBio para pesquisa de OGMs; (3) Programa Moderagro; (4) Síntese da realização do seminário "Perspectivas para o Agrobusiness em 2006/2007"; (5) Medidas de apoio ao setor agrícola, anunciadas pelo governo federal; (6) Fertilizantes; (7) Despesas de custeio - recursos próprios e de terceiros e encargos financeiros.

No dia 31 de maio, em São Paulo, realizou-se mais uma reunião do Comitê Agroquímico da ABIFINA. A reunião contou com a participação de técnicos das empresas associadas da entidade e de dirigentes da ABIFINA e do Comitê Agroquímico, sendo secretariada pela engenheira Diva Arrepiá, da Gerência Operacional da ABIFINA. A reunião tratou de vários temas que impactam o setor agroquímico, sendo definida uma estratégia para atuação em defesa do segmento produtivo que opera no Brasil.



NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS

BRASIL-FRANÇA, BRASIL-UCRÂNIA e BRASIL-PERU: Noemy Padilha, técnica da Gerência Operacional da ABIFINA representou a entidade no Seminário Bilateral de Comércio Exterior e Investimentos Brasil-França, no Encontro Bilateral de Comércio Exterior Brasil-Ucrânia e no Seminário Bilateral de Comércio Exterior e Investimentos Brasil-Peru, promovidos pela Federação das Câmaras de Comércio Exterior e realizados na sede da Confederação Nacional do Comércio, no Rio de Janeiro, nos meses de abril e maio, ocasiões em que foram discutidos temas referentes ao estado atual e perspectivas de crescimento das relações comerciais do Brasil com aqueles países.

REGRAS DE ORIGEM: a mesma engenheira participou de encontro técnico sobre Regimes de Origem e Inovações, no âmbito do tema referente à Livre Circulação de Mercadorias no Mercosul, promovido pelo Sindag, no dia 10 de abril, em São Paulo (SP).

CEB: o diretor de Comércio Exterior da ABIFINA, José Senna, participou de reunião da Coalizão Empresarial Brasileira, realizada no dia 11 de abril, na sede da CNI em Brasília, que tratou de negociações de acesso a mercado de bens não-agrícolas (NAMA) na OMC e avaliou o andamento das demais frentes de negociação de iniciativa do Mercosul.

CURSO PATENTES

Foram realizados nos dias 6 e 7 o primeiro e o segundo módulos do curso "Informação Básica em Propriedade Intelectual, Patentes de Invenções Químicas, Biotecnológicas e Farmacêuticas", realizado pelo CIPI-qf e ABIFINA, com apoio da Protec, Finep, EQ/UFRJ e SIQUIRJ. O curso, que terá continuidade nos dias 19 e 20 e que será concluído no dia 21, do mês de junho, registrou uma frequência de cerca de vinte participantes, distribuídos pelas áreas de biotecnologia, farmacêutica e agroquímica. O primeiro módulo abordou os princípios gerais do sistema de propriedade industrial e a importância da patente na tomada de decisão empresarial e o segundo módulo abordou de forma bem detalhada os aspectos da proteção das criações técnicas (patentes).

CURSO

INFORMAÇÃO BÁSICA EM
PROPRIEDADE INTELECTUAL
PATENTES DE INVENÇÕES QUÍMICAS,
BIOTECNOLÓGICAS E FARMACÊUTICAS



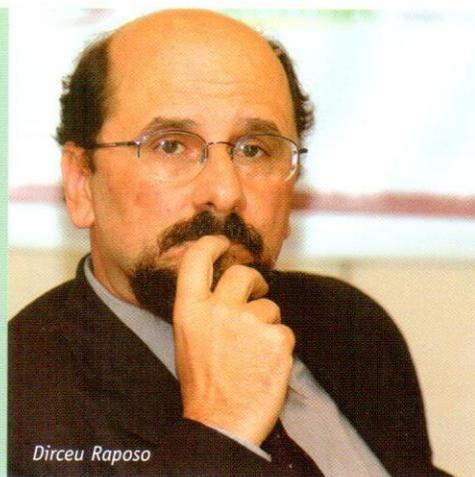
GRUPO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

A ABIFINA reuniu, no dia 27 de abril, um expressivo grupo de empresas que fabricam produtos da química fina no País e que, em decorrência, têm grande interesse no tema propriedade intelectual. Nessa reunião foi decidida a contratação de uma equipe de advocacia para o monitoramento de processos do interesse do setor, que transitam na área judicial.

REUNIÕES DO COMITÊ FARMOQUÍMICO

Anvisa: no dia 6 de abril, dirigentes da ABIFINA e do Comitê Setorial da entidade, participaram de reunião com o presidente da Anvisa, Dirceu Raposo, que teve por objetivo buscar o apoio da agência para medidas de desoneração fiscal para o segmento industrial que opera no Brasil.

Finep: dirigentes da ABIFINA e de empresas associadas da entidade participaram de reuniões realizadas pela Finep com o objetivo de coletar informações pertinentes ao setor produtivo, tendo em vista contribuir para o conhecimento da realidade nacional, em momento que se cogita institucionalizar a medida de subvenção econômica para a inovação tecnológica prevista na legislação vigente.



Dirceu Raposo



PATENTES PARA MEDICAMENTOS

Sob o patrocínio da revista *Foco - Economia e Negócios*, realizou-se, no dia 27 de abril, um seminário sobre patentes para medicamentos. A ABIFINA foi representada nesse evento pelo seu conselheiro Lélcio Maiçara. Foi discutido o acesso a medicamentos essenciais e o instituto da licença compulsória.

PHARMA TECH

A ABIFINA, representada por Serafim Branco, apresentou, no dia 19 de abril, palestra sobre a Indústria Farmacêutica Brasileira e da América Latina, na abertura do seminário Al-Invest Pharma Tech 2006.

Lições da Ásia



Marcos Oliveira
Vice-presidente da ABIFINA

Na década de 60, em plena Guerra Fria, um influente geopolítico americano, o Dr. Ray Cline desenvolveu um método de análise de fatores geopolíticos mensuráveis - território, população, maritimidade, disponibilidade de recursos naturais etc. -, para tentar determinar que países do mundo poderiam vir a se tornar potências de 1ª ordem, como então eram a URSS e os EUA. O resultado da aplicação de sua metodologia de análise mostrava que apenas Brasil, China e Índia apresentavam condições estruturais capazes de alçá-los, um dia, a aquela condição. Os outros países como Canadá, Austrália, Nigéria, Indonésia e África do Sul, detentores de grandes territórios ou de grandes populações, tinham carências graves em itens importantes na metodologia de Cline e, portanto, foram descartados.

A tese, como não podia deixar de ser, provocou entusiasmo entre as elites geopolíticas. Suas conclusões embasavam perfeitamente as teses do nacional-desenvolvimentismo, então em vigor, e deram alento à formulação e implementação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento das décadas de 60, 70 e princípios de 80.

Uma rápida comparação do estágio de desenvolvimento de Brasil, China e Índia, na década de 60, apontava para uma superioridade estratégica do Brasil. A China se

defrontava com problemas sérios de segurança em seu nascente conflito ideológico com a Rússia o que a obrigava a desviar recursos para as suas forças armadas enquanto ainda lutava para homogeneizar educacionalmente o país e resolver graves problemas de necessidades básicas como alimentação, moradia e vestuário. A Índia era encarada como um país de desenvolvimento homogêneo inviável, em função de sua cultura de castas. Por mais que as elites indianas se mostrassem altamente capazes de acompanhar o avanço científico e tecnológico do mundo elas seriam numericamente reduzidas para contrabalançar o efeito de uma massa enorme de pessoas incultas e improdutivas. Além disso, a Índia tinha, a exemplo da China, problemas de segurança em suas fronteiras o que a

“Índia e China, sobretudo esta última, caminham aceleradamente para ocupar posições de influência global e não apenas regional, nos destinos da humanidade.”

obrigava a desviar recursos do desenvolvimento para a segurança. Restava o Brasil, um País territorial e culturalmente homogêneo, sem problemas de fronteira e que poderia dedicar todos os seus recursos à tarefa do desenvolvimento.

Passados pouco mais de quarenta anos das previsões de Cline é possível verificar que ele acertou em 67%, nada mal para previsões de longo prazo. Índia e China, sobretudo esta última, caminham aceleradamente para ocupar posições de influência global e não apenas regional, nos destinos da humanidade. O erro de sua previsão foi exatamente na aposta mais provável, o Brasil, e seria interessante tentar entender por que isto se deu.

Fenômenos sociais raramente têm uma explicação simples. Centenas de fatores, endógenos e exógenos, usualmente estão envolvidos no processo evolutivo de uma nação, mas a comparação das opções políticas adotadas por Brasil, Índia e China talvez ajude a discernir um ou dois fatores que tenham tido peso relevante nas trajetórias percorridas por eles, neste último meio século.

Para começar, o mundo do pós-guerra foi marcado por duas grandes dualidades. A primeira, Leste-Oeste, opunha os países democráticos, capitalistas, que defendiam uma economia de mercado, liderados pelos Estados Unidos, aos países socialistas, de economia centralizada, liderados pela URSS. A segunda caracterizada como Norte-Sul opunha os países industrializados do Norte, da Europa, da América do Norte e o Japão, aos países industrialmente atrasados do Sul, América Latina, África e Ásia. Esta segunda dualidade correspondia, grosso modo, à antiga divisão entre países colonizadores e países colonizados e só teve seus contornos finalmente definidos no início da década de 70, com o término de processo de descolonização mundial.

Antes de tentar entender o comportamento de Brasil, China e Índia frente a estes dualismos, é conveniente caracterizar a evolução do sistema de relações mundiais no período. Com o fim da regulação econômica e política do colonialismo, uma nova arquitetura das relações internacionais foi montada, baseada em tratados e acordos multilaterais e em organizações supranacionais que zelassem por sua implementação. Foi com esse objetivo que surgiram a ONU e o leque de suas agências especializadas - FAO, OIT, Unido, UNCTAD etc., o FMI, o Banco Mundial e o GATT, depois transformado em OMC. As organizações mais influentes do ponto de vista econômico - GATT, FMI e Banco Mundial - ficaram desde sempre sob a liderança e controle dos países industrializados do Norte, mantendo de certa forma a estrutura da era colonial.

Em relação à dualidade Leste-Oeste, o posicionamento do Brasil foi sempre

monolítico em apoio ao bloco ocidental. China e Índia, ao contrário, adotaram posturas mais flexíveis condicionando seu posicionamento político aos seus interesses de desenvolvimento. A China cedo rompeu com a ortodoxia marxista soviética e adotou caminhos próprios na aplicação prática do socialismo. A Índia flertou ora a Leste ora a Oeste ao sabor de seus interesses nacionais percebidos.

Na questão da dualidade Norte-Sul, Brasil, China e Índia pertencem ao mesmo bloco de países, o do Sul. Este bloco sempre tentou alguma forma de concertação de esforços entre si, na tentativa de alavancar o processo de desenvolvimento. Desde a conferência de Bandung, em 1957, que inúmeras tentativas foram feitas no sentido de conseguir uma atuação mais homogênea por parte dos menos desenvolvidos, com graus diferentes de sucesso, em geral baixos. Brasil, China e Índia tiveram comportamentos similares,

“China e Índia foram os países que menos atenção deram às prescrições do Consenso de Washington, adotando um comportamento totalmente heterodoxo em relação a ele e estão crescendo, consistentemente, a taxas extremamente elevadas.”

sempre apoiando as iniciativas do Sul.

No final da década de oitenta, a derrocada da URSS acabou com a dualidade Leste-Oeste. A partir daí teve origem uma nova estrutura de poder, baseada na unipolaridade do poder americano e numa regulação mais forte das relações internacionais por meio de tratados e acordos, multilaterais, regionais e bilaterais. A nova

estrutura de poder veio acompanhada de um pensamento econômico dominante, de forte cunho liberal e pró-mercado, deslocando o keynesianismo vigente até a década de 70.

Em 1989, uma receita de comportamento econômico, aviada por especialistas do Banco Mundial e do FMI e que ficou conhecida como “Consenso de Washington”, prescrevia 10 comportamentos que deveriam ser seguidos por países emergentes em sua busca pelo desenvolvimento. Eles incluíam privatização, disciplina fiscal, desregulação de mercados, abertura econômica etc. Esta lista de recomendações visava, originalmente, resolver os problemas do desenvolvimento crônico dos países da América Latina, mas tornou-se rapidamente, nas asas da mídia, uma receita para aplicação universal. De fato a receita era excelente para tornar um país atrativo para o capital externo, uma lista que qualquer banqueiro subscreveria, embora nada tivesse a ver com o desenvolvimento e o bem-estar do país que a aplicasse. No início da década de 90, com a criação da OMC em sucessão ao GATT, novas regulações internacionais foram criadas, abrangendo investimentos (TRIMS), propriedade intelectual (TRIPS), comércio de serviços, compras governamentais, entre outros aspectos da vida das nações.

O comportamento do Brasil, a partir de 1989, foi o de seguir rigidamente as orientações do Consenso de Washington e o resultado foi o estancamento de seu processo de desenvolvimento. Ao contrário, China e Índia foram os países que menos atenção deram às prescrições do Consenso, adotando um comportamento totalmente heterodoxo em relação a ele e estão crescendo, consistentemente, a taxas extremamente elevadas. Também em relação aos acordos de TRIMS, TRIPS etc. o comportamento brasileiro foi diferente dos da Índia e da China. Enquanto adotamos imediatamente todas as condições, China e Índia estenderam ao máximo o seu prazo para adesão.

O espetacular desenvolvimento da China está baseado num processo radical de inovação, em todas as áreas e em todos os sentidos: social, político, econômico, industrial, científico, tecnológico e por aí vai, associado a conceitos de estabilidade e igualdade, isto é, o processo chinês de

“A China adotou políticas de mercado em seu comércio internacional e práticas capitalistas para seu desenvolvimento industrial, mas não hesita em adotar medidas centralizadoras, autoritárias, socializantes, se as julgar necessárias.”

desenvolvimento alia objetivos de crescimento econômico a objetivos de igualdade e justiça social.

A China não segue receitas rígidas e não se peja de errar. Se errar, volta atrás e corrige e por isto tantas vezes dá a impressão de dar dois passos adiante e um para trás. Adotou políticas de mercado em seu comércio internacional e práticas capitalistas para seu desenvolvimento industrial, mas não hesita em adotar medidas centralizadoras, autoritárias, socializantes se as julgar necessárias para impedir o crescimento da desigualdade e o aparecimento de tensões sociais. O que governa o comportamento chinês é uma obsessão pelo crescimento com justiça social no campo interno e pacífico, no campo internacional, um comportamento que já vem sendo apelidado de “Consenso de Pequim”, apelido cunhado por Joshua C. Ramo, em um estudo publicado em 2004, de leitura altamente recomendável.

Não há dúvida que um sem-número de razões poderiam ser arroladas para explicar a estagnação brasileira e o avanço espetacular de Índia e China, nos últimos quinze anos, mas creio que a atitude do Brasil deixando de lado seus legítimos interesses e aceitando passivamente políticas e estratégias concebidas lá fora foi a principal delas.

É bom ficar atento às lições que vêm da Ásia.

Bio-Manguinhos Faz Trinta Anos

O Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos da Fundação Oswaldo Cruz, mais conhecido como Bio-Manguinhos, completou trinta anos em maio deste ano, completando três décadas de relevantes serviços prestados à saúde pública brasileira.

Bio-Manguinhos foi criado em 4 de maio de 1976, no bojo de uma ampla reestruturação da antiga Fundação Instituto Oswaldo Cruz, com a finalidade específica de aumentar o número, a quantidade e a qualidade da produção de vacinas no País.

No início de suas atividades Bio-Manguinhos contava apenas com uma produção relevante, a da vacina contra febre amarela. Seus demais produtos eram fabricados de maneira artesanal, em laboratórios acanhados que não obedeciam às normas de qualidade e segurança que vinham sendo aperfeiçoadas e adotadas mundialmente. O Brasil seguia importando consideráveis quantidades das vacinas necessárias ao Programa Nacional de Imunizações, estabelecido em 1973. A erradicação mundial da varíola, ocorrida na década de 70, a contenção da febre amarela e o sucesso no combate à poliomielite deram um enorme prestígio aos programas de imunização e Bio-Manguinhos recebeu apoio para crescer e diversificar-se. Vieram os investimentos necessários para a produção local da vacina contra meningite A/C, numa parceria com o Instituto Merieux, a vacina contra sarampo com tecnologia japonesa do Instituto Biken e a vacina antipólio, importada, mas melhorada tecnicamente no instituto.

A história de Bio-Manguinhos foi pontilhada de altos e baixos, sempre lutando com dificuldades para sua modernização, que quase sempre refletiam as dificuldades políticas e econômicas do Estado. Ao final da década de 90, com a transferência de uma vacina conjugada de última geração, a vacina contra *Haemophilus influenzae*, o instituto passou a contar com um fluxo mais generoso e constante de recursos que lhe permitiu desenvolver um ambicioso plano de reorganização e modernização, seja de suas instalações,



seja de seus métodos administrativos, seja da qualificação de seu pessoal. A ênfase na qualidade pontuou todo este esforço, que ainda prossegue.

Para comemorar seus trinta anos, Bio-Manguinhos reuniu no Rio de Janeiro algumas das maiores autoridades mundiais em biotecnologia e vacinologia, em um simpósio que procurou traçar um perfil da situação da biotecnologia aplicada à saúde brasileira e mundial. Temas como a possível pandemia da gripe aviária causada pelo vírus H5N1, as perspectivas da produção de uma vacina contra o vírus HIV ou o avanço no desenvolvimento de uma

vacina tetravalente contra a dengue foram tratados, lado a lado com a apreciação do papel representado pelos laboratórios estatais dos países emergentes e sua contribuição ao controle mundial das doenças virais e bacterianas. Bio-Manguinhos tem um papel destacado entre os produtores de vacinas dos países menos desenvolvidos. É o maior produtor mundial de vacina anti-amarílica e a qualidade e confiabilidade de sua produção é hoje reconhecida internacionalmente exportando crescentes quantidades desta vacina para os programas de imunização coordenados ou apoiados pela Organização Mundial de Saúde.

Ex-diretor de Bio-Manguinhos, Marcos Oliveira foi homenageado na cerimônia de abertura do I Simpósio Internacional sobre Imunobiológicos e Saúde Humana, ocorrido no dia 2 de maio, ocasião em que também foram comemorados os 30 anos de Bio-Manguinhos



Consultoria em Comunicação Corporativa

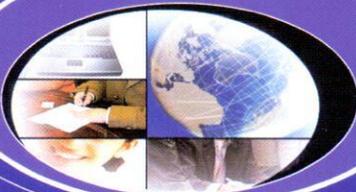
- Planejamento de Comunicação
- Websites Corporativos e Comerciais
- Projetos para Internet e Intranet
- Publicações Customizadas
- Programas de Relacionamento
- Comunicação Interna
- Campanhas Institucionais
- Projetos em Responsabilidade Social



design e conteúdo



Uma nova parceria da Abifina e da Protec
www.scriptorio.com.br ▪ (21) 2532-6858



Saber o que fazer é importante, como fazer é fundamental!

A KF é uma empresa de Consultoria que conta com profissionais comprovadamente experientes que podem ajudar a sua empresa a atingir os resultados desejados.

GESTÃO EMPRESARIAL

Logística (PCP, compras, armazenagem e distribuição)
Gerenciamento de risco, planejamento e análise financeira

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Seleção de soluções de sistemas
Planejamento Estratégico de Tecnologia de Informação
Outsourcing/Help Desk e projetos em SAP-R/3

GESTÃO POR PROCESSOS

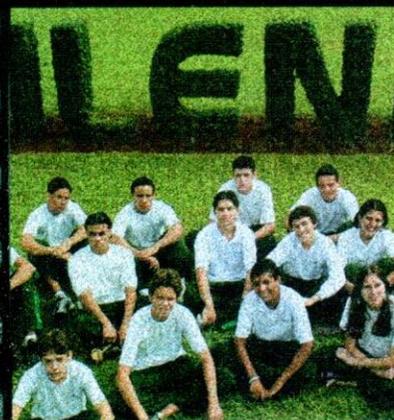
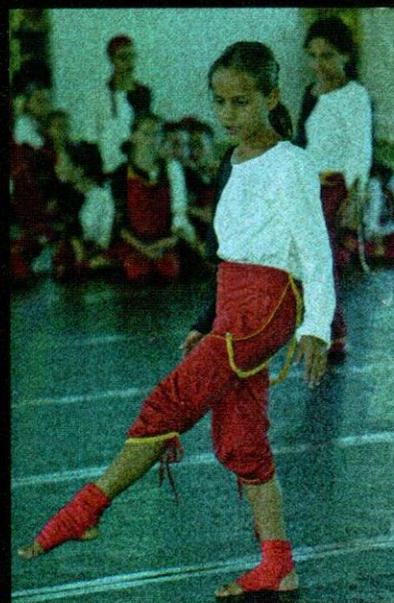
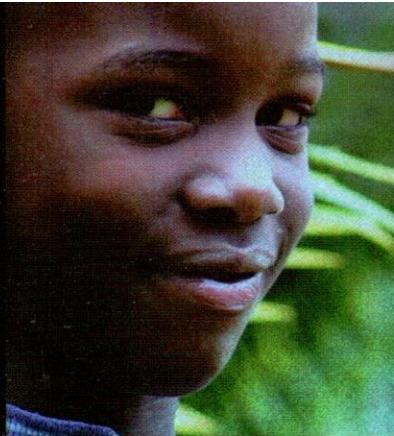
Revisão e Implementação de Processos
Implementação de Software de Gestão de Processos que, entre outros, viabiliza:

- Automação de processos específicos (Integrados ao ERP do cliente)
- Workflow e gerenciamento de documentos
- Redução de custos com outros sistemas

www.kfbc.com.br • 11 3846 9739

KF

BUSINESS CONSULTING



Educação e cultura, palavras que transformam vidas.

Desenvolvimento social só se consegue através da educação e da cultura.

A Milenia é uma empresa que acredita que são estes os dois fatores que promovem a transformação e o desenvolvimento da sociedade. Educação e cultura são a base do nosso programa de Responsabilidade Social, o Viver Comunidade.

Através dele, a Milenia implantou o Projeto Formare para atender aos jovens de famílias de baixa renda e inseri-los no mercado de trabalho; realiza mensalmente cursos educativos de geração de renda para as comunidades vizinhas às suas fábricas; patrocina projetos culturais e de preservação ambiental em Londrina e Taquari.



Soluções que valorizam a vida

Empresa do grupo



www.milenia.com.br

ET

ET 160 5077

100